

Tribuna

Bahia investiu R\$ 14,9 bi entre 2015 e 2020, mantendo o 2º lugar no país



PÁGINA 2

Tribuna da Bahia

SALVADOR, TERÇA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2021 ANO LII-N16101

CAPITAL R\$2,00 [f /tribunadabahia](#) [@trbn_oficial](#) [trbn.com.br](#)

Investimentos

A Bahia investiu R\$ 14,9 bilhões entre 2015 e 2020, mantendo o segundo lugar no país nesta categoria relevante de gasto público que se traduz em ampliação da infraestrutura e do alcance dos serviços públicos e ainda em geração de empregos e renda em períodos de crise econômica como os registrados nos últimos seis anos. O governo baiano mais uma vez ficou atrás apenas do paulista em totais investidos, mas à frente deste em termos proporcionais: com orçamento cinco vezes maior, São Paulo investiu R\$ 45,6 bilhões, ou seja, três vezes mais que a Bahia. O Rio de Janeiro, cujo orçamento é quase duas vezes o da Bahia, investiu R\$ 13,4 bilhões desde 2015 e ficou em terceiro no ranking.

Bahia investe R\$ 14,9 bilhões entre 2015 e 2020 e mantém vice-liderança



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Bahia investiu R\$ 14,9 bilhões entre 2015 e 2020, mantendo o segundo lugar no país nesta categoria relevante de gasto público que se traduz em ampliação da infraestrutura e do alcance dos serviços públicos e ainda em geração de empregos e renda em períodos de crise econômica como os registrados nos últimos seis anos. O governo baiano mais uma vez ficou atrás apenas do paulista em totais investidos, mas à frente deste em termos proporcionais: com **orçamento** cinco vezes maior, São Paulo investiu R\$ 45,6 bilhões, ou seja, três vezes mais que a Bahia. O Rio de Janeiro, cujo **orçamento** é quase duas vezes o da Bahia, investiu R\$ 13,4 bilhões desde 2015 e ficou em terceiro no ranking.

As áreas de urbanismo, transporte, saúde, saneamento, agricultura, habitação, segurança e educação lideram os investimentos do governo baiano no período. Entre as principais obras realizadas nestes seis anos estão a expansão do Metrô, a Via Barradão e a Linha Azul, na

capital, e a Via Metropolitana, na Região Metropolitana de Salvador, a ponte Ilhéus-Pontal, além da construção e da recuperação de mais de sete mil quilômetros de estradas e da implantação de obras de **segurança hídrica** para minimizar os efeitos da seca. No período, também foram entregues mais de 84 mil moradias.

Na área de saúde, o Estado construiu nove hospitais, 16 policlínicas regionais, além de 19 Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e Unidades Básicas de Saúde, criando uma infraestrutura que mostrou-se fundamental para a estratégia de enfrentamento aos efeitos da pandemia do novo coronavírus a partir de março de 2020. Os novos equipamentos incluem o HGE 2, o **Hospital da Mulher** e o **Instituto Couto Maia**, em Salvador, o **Hospital Regional Costa do Cacau**, em Ilhéus, o **Hospital da Chapada**, em Seabra, a Maternidade do Hospital da Criança, em Feira de Santana, e o Hospital Metropolitano, que entra em operação em breve.

As Policlínicas Regionais já entregues estão em Feira de Santana, Jequié, Irecê, Alagoinhas, Guanambi, Teixeira de Freitas, Valença, Santo Antônio de Jesus, Juazeiro, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Jacobina, Simões Filho, Itabuna, Barreiras e Vitória da Conquista.

Presença do Estado

O secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**, ressalta que ao longo de uma das fases mais difíceis para a economia brasileira, com estados endividados e atrasando os **salários dos servidores**, a Bahia, sob a

liderança do governador **Rui Costa**, tem adotado uma linha de ação distinta, que busca manter o equilíbrio das contas públicas e cumprir os compromissos com funcionários e fornecedores, sem descuidar das responsabilidades do setor público para com as demandas da sociedade.

'Temos reiteradamente questionado ideias simplistas como a de que o Estado eficiente precisa ser mínimo, e temos dado exemplo de eficiência com presença forte do Estado', afirma o secretário, lembrando que a despeito das crises econômicas em série no Brasil dos últimos anos a Bahia permanece no topo do ranking de investimento público e preserva o equilíbrio graças a um modelo de gestão baseado em pilares como a qualidade do gasto público, a modernização do **fisco** e o combate à sonegação.

[Voltar para a página inicial](#)

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - Servidor público | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres - Hospital da Mulher | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Orçamento | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Instituto Couto Maia, Hospital Regional Costa do Cacau, Hospital Regional da Chapada | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vítório, FISCO, Salários dos Servidores | SIHS - Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento - Segurança Hídrica

Veículo: Gov Bahia	
Data: 08/02/2021	



Bahia investe R\$ 14,9 bilhões entre 2015 e 2020 e mantém vice-liderança

8 fevereiro 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

A Bahia investiu R\$ 14,9 bilhões entre 2015 e 2020, mantendo o segundo lugar no país nesta categoria relevante de gasto público que se traduz em ampliação da infraestrutura e do alcance dos serviços públicos e ainda em geração de empregos e renda em períodos de crise econômica como os registrados nos últimos seis anos. O governo baiano mais uma vez ficou atrás apenas do paulista em totais investidos, mas à frente deste em termos proporcionais: com orçamento cinco vezes maior, São Paulo investiu R\$ 45,6 bilhões, ou seja, três vezes mais que a Bahia. O Rio de Janeiro, cujo orçamento é quase duas vezes o da Bahia, investiu R\$ 13,4 bilhões desde 2015 e ficou em terceiro no ranking.

As áreas de urbanismo, transporte, saúde, saneamento, agricultura, habitação, segurança e educação lideraram os investimentos do governo baiano no período. Entre as principais obras realizadas nestes seis anos estão a expansão do Metrô, a Via Barradão e a Linha Azul, na capital, e a Via Metropolitana, na Região Metropolitana de Salvador, a ponte Ilhéus-Pontal, além da construção e da recuperação de mais de sete mil quilômetros de estradas e da implantação de obras de segurança hídrica para minimizar os efeitos da seca. No período, também foram entregues mais de 84 mil moradias.

Na área de saúde, o Estado construiu nove hospitais, 16 policlínicas regionais, além de 19 Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e Unidades Básicas de Saúde, criando uma infraestrutura que mostrou-se fundamental para a estratégia de enfrentamento aos efeitos da pandemia do novo coronavírus a partir de março de 2020. Os novos equipamentos incluem o HGE 2, o Hospital da Mulher e o Instituto Couto Maia, em Salvador, o Hospital Regional Costa do Cacaú, em Ilhéus, o Hospital da Chapada, em Seabra, a Maternidade do Hospital da Criança, em Feira de Santana, e o Hospital Metropolitano, que entra em operação em breve.

As Policlínicas Regionais já entregues estão em Feira de Santana, Jequié, Irecê, Alagoinhas, Guanambi, Teixeira de Freitas, Valença, Santo Antônio de Jesus, Juazeiro, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Jacobina, Simões Filho, Itabuna, Barreiras e Vitória da Conquista.

Presença do Estado

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, ressalta que ao longo de uma das fases mais difíceis para a economia brasileira, com estados endividados e atrasando os salários dos servidores, a Bahia, sob a liderança do governador Rui Costa, tem adotado uma linha de ação distinta, que busca manter o equilíbrio

das contas públicas e cumprir os compromissos com funcionários e fornecedores, sem descuidar das responsabilidades do setor público para com as demandas da sociedade.

“Temos reiteradamente questionado ideias simplistas como a de que o Estado eficiente precisa ser mínimo, e temos dado exemplo de eficiência com presença forte do Estado”, afirma o secretário, lembrando que a despeito das crises econômicas em série no Brasil dos últimos anos a Bahia permanece no topo do ranking de investimento público e preserva o equilíbrio graças a um modelo de gestão baseado em pilares como a qualidade do gasto público, a modernização do fisco e o combate à sonegação.

Fonte: Ascom/Sefaz

Gastos Públicos: Bahia investe R\$ 14,9 bilhões entre 2015 e 2020 e mantém vice-liderança



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Bahia investiu R\$ 14,9 bilhões entre 2015 e 2020, mantendo o segundo lugar no país nesta categoria relevante de gasto público que se traduz em ampliação da infraestrutura e do alcance dos serviços públicos e ainda em geração de empregos e renda em períodos de crise econômica como os registrados nos últimos seis anos. O governo baiano mais uma vez ficou atrás apenas do paulista em totais investidos, mas à frente deste em termos proporcionais: com **orçamento** cinco vezes maior, São Paulo investiu R\$ 45,6 bilhões, ou seja, três vezes mais que a Bahia. O Rio de Janeiro, cujo **orçamento** é quase duas vezes o da Bahia, investiu R\$ 13,4 bilhões desde 2015 e ficou em terceiro no ranking.

As áreas de urbanismo, transporte, saúde, saneamento, agricultura, habitação, segurança e educação lideram os investimentos do governo baiano no período. Entre as principais obras realizadas nestes seis anos estão a expansão do Metrô, a Via Barradão e a Linha Azul, na

capital, e a Via Metropolitana, na Região Metropolitana de Salvador, a ponte Ilhéus-Pontal, além da construção e da recuperação de mais de sete mil quilômetros de estradas e da implantação de obras de **segurança hídrica** para minimizar os efeitos da seca. No período, também foram entregues mais de 84 mil moradias.

Na área de saúde, o Estado construiu nove hospitais, 16 policlínicas regionais, além de 19 Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e Unidades Básicas de Saúde, criando uma infraestrutura que mostrou-se fundamental para a estratégia de enfrentamento aos efeitos da pandemia do novo coronavírus a partir de março de 2020. Os novos equipamentos incluem o HGE 2, o **Hospital da Mulher** e o **Instituto Couto Maia**, em Salvador, o **Hospital Regional Costa do Cacau**, em Ilhéus, o **Hospital da Chapada**, em Seabra, a Maternidade do Hospital da Criança, em Feira de Santana, e o Hospital Metropolitano, que entra em operação em breve.

As Policlínicas Regionais já entregues estão em Feira de Santana, Jequié, Irecê, Alagoinhas, Guanambi, Teixeira de Freitas, Valença, Santo Antônio de Jesus, Juazeiro, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Jacobina, Simões Filho, Itabuna, Barreiras e Vitória da Conquista.

Presença do Estado

O secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**, ressalta que ao longo de uma das fases mais difíceis para a economia brasileira, com estados endividados e atrasando os **salários dos servidores**, a Bahia, sob a

liderança do governador **Rui Costa**, tem adotado uma linha de ação distinta, que busca manter o equilíbrio das contas públicas e cumprir os compromissos com funcionários e fornecedores, sem descuidar das responsabilidades do setor público para com as demandas da sociedade.

'Temos reiteradamente questionado ideias simplistas como a de que o Estado eficiente precisa ser mínimo, e temos dado exemplo de eficiência com presença forte do Estado', afirma o secretário, lembrando que a despeito das crises econômicas em série no Brasil dos últimos anos a Bahia permanece no topo do ranking de investimento público e preserva o equilíbrio graças a um modelo de gestão baseado em pilares como a qualidade do gasto público, a modernização do **fisco** e o combate à sonegação.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - Gastos públicos, Servidor público | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres - Hospital da Mulher | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Orçamento | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Instituto Couto Maia, Hospital Regional Costa do Cacaú, Hospital Regional da Chapada | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorino, FISCO, Salários dos Servidores | SIHS - Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento - Segurança Hídrica

Veículo: Bocão News	
Data: 09/02/2021	



Desconto de 10% no IPVA vale até esta quarta-feira



09 de Fevereiro de 2021 às 06:30 Por: Camila Souza / GOVBA Por: Redação BNews
Compartilhe:

Os proprietários de veículos baianos têm até esta quarta-feira (10) para aproveitar o desconto de 10% no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 2021, válido para pagamento em cota única. Para realizar a transação, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Caso o contribuinte perca o prazo, existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Outra possibilidade é o parcelamento do IPVA em três vezes, sem desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Todas as informações poderão ser consultadas por meio do site www.sefaz.ba.gov.br, Canal Inspeção Eletrônica – IPVA, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), no [0800 071 0071](tel:08000710071) (ligações de telefone fixo) e no [71 3319-2501](tel:7133192501) (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 08/02/2021	



Desconto de 10% no IPVA vale até esta quarta-feira (10)

8 fevereiro 2021



Foto: Camila Souza/GOVBA

Os proprietários de veículos baianos têm até esta quarta-feira (10) para aproveitar o desconto de 10% no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 2021, válido para pagamento em cota única. Para realizar a transação, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Caso o contribuinte perca o prazo, existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas do parcelamento padrão, data que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

Outra possibilidade é o parcelamento do IPVA em três vezes, sem desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Todas as informações poderão ser consultadas por meio do site www.sefaz.ba.gov.br, Canal Inspeção Eletrônica – IPVA, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Desconto de 10% no IPVA é válido até esta quarta-feira



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Telegram

Viber

O desconto de 10% no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) de 2021 segue até esta quarta-feira, sendo válido para pagamento em cota única. Para realizar a transação, o contribuinte deve utilizar o caixa eletrônico ou aplicativo do Banco do Brasil ou Bradesco, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Se caso o contribuinte perder o prazo, existe ainda a opção de pagamento com 5% de desconto para quem fizer a quitação do valor integral do imposto no dia do vencimento da primeira das três cotas, data esta que varia de acordo com o número final da placa do veículo.

O **IPVA** também pode ser parcelado, em três vezes, sem desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Já os débitos anteriores do **IPVA**, ainda não notificados, também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Facebook

Twitter

WhatsApp

Google+

Email

Pinterest

Para acessar o calendário, basta clicar aqui.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - IPVA

Reforma tributária precisa diminuir o custo de produção do agricultor, diz economista



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Carga de impostos torna o país menos competitivo no cenário internacional | Foto: Valter Campanato | Agência Brasil | 24.8.2017

Um dos pontos mais importantes que devem estar na reforma tributária, que tramita no congresso nacional, é a diminuição do custo Brasil. Hoje em dia as empresas brasileiras pagam impostos que em outros países não e isso encarece o custo do produtor agrícola, por exemplo. O economista Carlo Barbieri, explicou que a carga de impostos torna o país menos competitivo no cenário internacional.

'O custo Brasil, tem como um dos seus principais componentes as cascatas tributárias transferindo ao produtor rural ônus tributários como se fosse insumo. Isto nos prejudica demais, pois em países como os EUA não impostos na passagem de produtos. A pessoa

jurídica não para imposto. Apenas os sócios, sobre os lucros e não na operação em si', disse.

Até novembro do ano passado, a **arrecadação** de impostos do governo federal entre os meses de janeiro e novembro de 2020 foi de R\$ 1,32 trilhão. Uma queda de 7,95% quando comparado com o mesmo período de 2019. A principal razão para diminuição dos impostos é a pandemia do coronavírus e o isolamento social.

Claudemir Malaquias avaliou que o conjunto dos números da **arrecadação** federal sinaliza para uma trajetória otimista até o fim do ano. 'Continuamos ainda otimistas com o resultado da **arrecadação**, uma vez que não é só o volume das compensações tributárias que estamos visualizando, significa que realmente está havendo apuração de imposto devido e, se está havendo apuração de imposto devido, o fato gerador está ocorrendo. Se o fato gerador está ocorrendo, é porque a atividade econômica está sustentando essa trajetória de recuperação.'

Matéria produzida pelo portal Bahia Econômica

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Bolsonaro: Não estou querendo, não vou pensar e nem poderia diminuir ICMS



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Estadão

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta segunda-feira, 8, que o governo não tem a intenção de diminuir o valor do ICMS dos Estados. Ele reforçou que o governo segue focado em encontrar alternativas para o aumento do custo do óleo diesel, reivindicação dos caminhoneiros. Hoje, a Petrobras anunciou aumentos dos preços médios de venda às distribuidoras da gasolina, diesel e GLP, gás de cozinha, que passam a vigorar amanhã.

'Não estou querendo, nem vou pensar e nem poderia diminuir o valor do ICMS', disse em entrevista ao apresentador José Luiz Datena. Na última sexta-feira, 5, o governo propôs ter um valor fixo do ICMS por litro dos combustíveis e realizar a cobrança do tributo nas refinarias, e não na bomba. A ideia, contudo, não foi bem recebida por governadores que temem a diminuição da **arrecadação** e o consequente impacto nas contas estaduais.

Bolsonaro negou que esteja 'brigando' com governadores e reconheceu que os impostos federais também são altos. Ante o novo reajuste de preços dos combustíveis anunciado pela Petrobras, Bolsonaro se reuniu hoje com a equipe econômica. Segundo o chefe do Executivo, o que o País precisa é de uma mudança do sistema tributário. Ele ponderou, entretanto, que a reforma tributária, em análise no Congresso, ainda deve levar sete ou oito meses para ser aprovada.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

NEGÓCIO Estatal finalizou as negociações com a Mubadala Capital, empresa dos Emirados Árabes Unidos, para vender a refinaria baiana Landulpho Alves

Petrobras aceita oferta de US\$ 1,65 bi pela Rlam e petroleiros ameaçam greve

DA REDAÇÃO

A Petrobras finalizou as negociações com a Mubadala Capital para vender a refinaria baiana Landulpho Alves (Rlam). A empresa dos Emirados Árabes Unidos, que atua no Brasil desde 2011, ofertou US\$ 1,65 bilhão (pelo menos R\$ 8,9 bilhões) pelo parque de refino e os ativos logísticos. A assinatura do contrato ainda está sujeita à aprovação pelos órgãos fiscalizadores.

O processo de venda da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, não foi concluído, já que as ofertas apresentadas não foram consideradas suficientes pela Petrobras. Por isso, vai haver novo processo.

A Petrobras ainda espera concluir as vendas das refinarias Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul; Isaac Sabbá (Reman), no Amazonas; Abreu e Lima (RNEST), em Pernambuco; Gabriel Passos (Regap), em Minas Gerais; da Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor), no Ceará; e da Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), no Paraná.

“Revolta e tristeza”

A categoria petroleira resalta que recebeu o anúncio da conclusão das negociações para a venda “com um misto de revolta e tristeza”. Em assembleia, ontem, os trabalhadores já haviam decidido pela realização de uma greve, caso houvesse progresso nas negociações para a venda da Rlam. De acordo com a direção do Sindipetro Bahia, o movimento está sendo organizado e pode acontecer a qualquer momento.

A assinatura do contrato de compra e venda ainda es-



Luciano Carcará / Ag. A TARDE / 25.6.2018

A Refinaria Landulpho Alves fica em São Francisco do Conde

tá sujeita à aprovação dos órgãos competentes, mas “as consequências da venda da Rlam já podem ser antecipadas e não serão boas para os consumidores e para o país”, afirma o coordenador do Sindipetro Bahia, Jairo Batista. “A venda vai impactar a economia baiana, além de diminuir os níveis de investimento, emprego e direitos dos trabalhadores”, finalizou.

A assinatura do contrato ainda está sujeita à aprovação dos órgãos competentes

Preço da gasolina sobe cerca de 8% nas refinarias

VITOR ABDALA E AGÊNCIA BRASIL

A Petrobras anunciou, ontem, um aumento de cerca de 8% no preço da gasolina a ser vendida pelas refinarias para as distribuidoras. Com isso, o preço médio do litro do combustível subiu R\$ 0,17 e passará a ser de R\$ 2,25 a partir de hoje. .

Já o óleo diesel aumentou cerca de 6% (R\$ 0,13 por litro) e passará a custar R\$ 2,24 também a partir de hoje..

O GLP (gás liquefeito de petróleo), o gás de botijão, também terá aumento no preço: cerca de 5% (R\$ 0,14 por kg). Com o reajuste do preço, o gás de botijão pas-

sará a custar 2,91 por kg (ou R\$ 37,79 por 13 kg).

Bolso do consumidor

“Importante ressaltar que os valores praticados nas refinarias pela Petrobras são diferentes dos percebidos pelo consumidor final no varejo. Até chegar ao consumidor, são acrescidos tributos federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de biocombustíveis pelas distribuidoras, no caso da gasolina e do diesel, além dos custos e margens das companhias distribuidoras e dos revendedores de combustíveis”, informa nota divulgada pela empresa ontem.

INDÚSTRIA

Nova fábrica chega em Camaçari

DA REDAÇÃO

No próximo mês de março, uma nova empresa vai iniciar as obras de implantação da unidade em Camaçari. A Orbi Química deve avançar na transferência do terreno e obter da prefeitura a autorização para início das intervenções. A confirmação do começo das obras, que devem durar de seis a oito meses, foi dada pelo diretor geral, Rogério Fiorotto.

“A nossa ideia é começar já em março usando parte da nossa mão de obra e contratação local. Toda a compra de insumos para a obra vai ocorrer em Camaçari. Já avançamos na transferência do terreno e nessa parte mais burocrática”, conta Fiorotto, ao ressaltar que, em funcionamento pleno, a Orbi de Camaçari irá gerar 120 empregos.

De acordo com ele, a fábrica vai poder iniciar a operação antes mesmo do fim das obras. “Nós já temos um primeiro barracão pronto e equipamentos que estão no porto. Não precisamos terminar a fábrica para começar a produção. Com dois barracões já podemos operar”, afirma.

Além da economia de Camaçari e da Bahia, a Orbi vai beneficiar também outras regiões.

“Nossa ideia é que 68% da nossa produção saia de Camaçari, que vai atender Nor-

te, Nordeste e Centro-Oeste, dada sua localização geográfica privilegiada. A gente fomenta também fornecedores do Nordeste. Vamos ter materiais vindos do Recife (PE), além de fornecedores locais que estão ou não dentro do Polo Petroquímico”, diz.

“Temos o compromisso de um fabricante de embalagens que também deve se instalar em Camaçari para nos abastecer, podendo gerar mais empregos ainda para o município”, complementa Fiorotto.

Geração de empregos

O secretário de Administração de Camaçari, Helder Almeida, que coordenou as negociações com a empresa, ressaltou que o acordo foi possível graças à mobilização da prefeitura para via-

“A nossa ideia é começar já em março usando parte da nossa mão de obra e contratação local”

ROGÉRIO FIOROTTO, diretor da Orbi

bilizar a chegada da empresa. “Nós trabalhamos com a empresa para buscar as melhores condições para sua implantação em Camaçari. Serão gerados 120 empregos diretos, mas teremos os indiretos e o próprio benefício para os setores do comércio e serviços”, ressaltou.

O prefeito de Camaçari, Elinaldo Araújo (Democratas), comemorou o anúncio de início das obras e o potencial de geração de empregos. “Fico feliz com o resultado deste processo, pois nós trabalhamos em parceria com a empresa para facilitar sua vinda para Camaçari”, afirmou Elinaldo, que participou de reuniões com dirigentes da empresa no ano passado para negociar a chegada da Orbi no município.

Elinaldo afirmou ainda que vai encaminhar para a Câmara Municipal um projeto de lei estabelecendo incentivos fiscais e materiais para atrair novos investimentos. “Entre os quais está a simplificação de todo o processo de licenciamento. Já lançamos, no ano passado, um amplo programa de atração de investimentos e vamos seguir atuando em parceria com quem quiser investir e gerar empregos em Camaçari”, disse.

Fundada em 2006, com uma sede de 14 mil m² no município de Leme, em São Paulo, a Orbi Química é uma

empresa nacional, tendo como principal produto o desengripante White Lub Super, reconhecido pelo seu apelo ecológico, por usar em sua base produtos de origem vegetal. Atualmente, a empresa produz 125 produtos, gerando mais de 170 empregos diretos e mais de cem indiretos, divididos entre a sede em Leme (SP) e os centros de armazenamento e distribuição em Guarulhos (SP) e Blumenau (SC).

Impacto ambiental

Para sanar as preocupações a respeito do impacto ambiental da instalação, a empresa apresentou, o certificado técnico de regularidade com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), além de licença de operação pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), a autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária de São Paulo (SEVISA).

Em 2015, a Orbi Química recebeu a certificação ISO 9000, garantindo formas de processos seguros de produção, armazenamento, entrega da cadeia de matéria prima e produtos acabados. No mesmo ano, a empresa ganhou o Selo Verde Internacional do Instituto Chico Mendes, como empresa socioambiental responsável.



Terwal: história, tradição e curiosidades



ALCEU HILTNER FILHO

Engenheiro e diretor da Terwal

Começou em 1950 quando Tertuliano Carneiro e Waldomiro Cerqueira abriram uma empresa de secos e molhados que vendia bacalhau, charque e outros similares com o nome de Tertuliano Carneiro & Cia, tendo em 1969 o nome alterado para Terwal Máquinas Ltda: TER de Tertuliano e WAL de Waldomiro.

A empresa iniciou suas atividades no tradicional Ed. Wildberger no Comércio e após alguns anos mudou o foco para o comércio de máquinas e equipamentos agrícolas, produtos esses até hoje comercializados. Em 1970 se instalou na AV. Jiquitaia onde ganhou o reconhecimento como empresa de comércio de máquinas, especializada em bombas.

Em 1989 aconteceu a principal mudança da história da empresa. Os sócios fundadores, sem sucessão, ambos perto dos 75 anos, convidaram os empresários Barcino Esteve e Alceu Hiltner Filho para entrarem na sociedade no lugar de Tertuliano. Assim, a Terwal além de Waldomiro passou a ter como sócios Alceu Hiltner, Barcino Esteve Filho e seu pai o também Eng. Barcino Esteve.

Um choque de cultura e de geração logo se manifestou ao assumirem os novos sócios parte da operação. Waldomiro não aceitava a compra de um computador para gerenciar a empresa, ele mesmo trabalhava com um cardex, quem se lembra disso? Pois é, em 1989 a Terwal não possuía um único computador. E fechava para o almoço! Essas situações se resolveram com a saída de Waldomiro da sociedade. Seus netos Michel e Gianpaolo Harfush fizeram parte da sociedade por 10 anos, entrando depois em seus lugares Celio Honorato de Souza um dos melhores técnicos em hidráulica do Brasil.

Com marketing em televisão e rádio ampliou sua base de clientes. Quem não se lembra do gingle “passe na Terwal, passe na Terwal você que é da cidade ou da zona rural, exija qualidade passe na Terwal!”, até hoje na memória dos baianos?

Desde então, a Terwal mudou suas instalações para a Ladeira de Água Brusca, abriu uma filial em Lauro de Freitas e outra em Alagoinhas.

O foco comercial da empresa é o comércio de máquinas leves, sistemas de adução de água, irrigação e ferramentas motorizadas Stihl. Na Bahia quem pensa em comprar uma bomba não deixa de consultar a Terwal.

Hoje a empresa conta com uma equipe de 100 colaboradores, engenheiros, técnicos, equipe de vendas motivada, e um Centro de Serviços em Lauro de Freitas. Vendas online já podem ser feitas através da loja virtual. Conhecimento técnico é o diferencial da empresa.

A Terwal faz parte de um grupo empresarial juntamente com a Barcino Esteve Incorporações e a Sane Bahia.

São 71 anos de atividades, atendeu e serviu pelo menos 3 gerações! E que venham outras!

Shoppings de Salvador têm horário ampliado

THIAGO CONCEIÇÃO

A autorização do prefeito Bruno Reis (DEM) para a reabertura de cinemas e teatros e a ampliação do horário de funcionamento dos shoppings em Salvador, anunciadas ontem, vão contribuir para a gradual recuperação econômica e aumento das vendas no setor, apontam órgãos do comércio. Agora, os shoppings abrem das 10 às 22h, de segunda a sábado.

Por causa de ações como a extensão do tempo de abertura dos shoppings, a exemplo da adotada em Salvador, em 2021, a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce) projeta aumento de 9,5% nas vendas dos estabelecimentos no país. No cenário de pandemia, o resultado deve atenuar o desafio enfrentado pelo segmento.

“A Abrasce considera positivas as medidas que visam aumentar o horário de funcionamento dos empreendimentos para proporcionar que o consumidor faça suas compras em segurança, evitando aglomerações e fluxo intenso de pessoas. A entidade reforça que os shoppings atuam em cumprimento aos decretos e seguem rígidos protocolos sanitários”, afirma em nota enviada para A TARDE.

Queda no faturamento
O faturamento do setor de shoppings caiu 33,2% em 2020, após ser afetado pelos fechamentos do comércio



Alex Oliveira / Ag. A TARDE / 20.9.2020

Após reabertura em setembro, os cinemas da capital fecharam no final do ano e agora voltam a funcionar

“A ampliação (do horário) traz impactos como a geração e manutenção dos empregos”

CARLOS ANDRADE, da Fecomércio

para combate à disseminação do coronavírus no país. Foram R\$ 128,8 bilhões contra R\$ 192,8 bilhões em 2019, segundo dados da Abrasce. No ano passado, o setor gerou 998 mil vagas de emprego, queda de 9,4% em relação ao ano anterior.

O presidente da Fecomércio-Ba, Carlos de Souza Andrade, afirma que a confiança do consumidor, diante de ações

como o respeito às medidas sanitárias que permitem o funcionamento dos shoppings, é o primeiro passo para a gradual retomada do setor.

“O horário mais estendido é bom para o setor. E posso afirmar que a ampliação traz impactos como a geração e manutenção dos empregos. Com segurança e respeitando os protocolos, o empresário sempre vai querer crescer, ampliar suas lojas. A pandemia não acabou, o vírus está aí, mas é possível colocar a saúde como prioridade e pensar na gradual recuperação do comércio”, afirma o presidente.

Para o presidente do Sindicato dos Lojistas da Bahia (Sindilojas), Paulo Motta, a reabertura de espaços como os cinemas e a ampliação do horário de funcionamento

dos shoppings vai fazer a receita dos estabelecimentos girar. “A gente enxerga a decisão da prefeitura como algo positivo, pois permite a receita dos lojistas e ajuda no enfrentamento da pandemia. Em outras palavras, ocorre a redução do risco de fechamentos de lojas. Por causa da Covid-19, o quadro é de muita insegurança. É o medo da contaminação, a velocidade do processo de vacinação, que ainda não é a ideal. No entanto, temos que acreditar que um ano melhor é possível. E a ação da prefeitura reforça a esperança”, diz Motta.

Roda econômica

O economista Paulo Dantas, que é ex-presidente do Conselho Federal de Economia, lembra que a ampliação do horário de funcionamento favorece a roda econômica. No entanto, reforça que toda flexibilização deve ocorrer em cenário de segurança para a saúde da população.

“Quando o lojista vende mais, significa que o setor primário, a exemplo da agricultura e mineração, produziu mais matéria-prima. Matéria-prima que foi entregue para a indústria e chegou ao comércio. Então, quando isso acontece, é muito bom, pois temos o que chamamos de cadeia da felicidade da economia. Porém, isso precisa ocorrer de forma segura, seguindo os protocolos dos órgãos de saúde”, explica o economista.

RIQUEZA

Bahia tem perdido participação no PIB do Nordeste, diz economista

CASSIO SANTANA

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) divulgou, na última semana, indicadores da economia do estado no ano de 2020, o Info Bahia 2020. De acordo com os dados, a Bahia é a maior economia da região e representa 28,5% da economia do Nordeste, com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 286,2 bi.

Apesar do cenário aparentemente auspicioso, o economista César Almeida afirma que, se considerada uma linha histórica, a economia da Bahia tem perdido, paulatinamente, participação no PIB da região e pujança, embora permaneça ainda como a maior entre os estados nordestinos.

“A economia da Bahia é ainda, sim, a com maior participação no PIB do Nordeste, com 28,5% da economia nordestina. Acontece é que,

se observarmos o que aconteceu nos últimos anos, se pegarmos uma série histórica desde 1995, em que o PIB baiano representava quase 40% do PIB do Nordeste, essa série histórica mostra que estamos perdendo participação ao longo dos anos. Em 2015, por exemplo, tínhamos 28,9% de participação e em 2020, 28,5%”, explicou o economista.

Segundo Almeida, a saída da montadora Ford do complexo industrial de Camaçari impactará negativamente na economia baiana, e os resultados só serão percebidos futuramente, algo que os dados da SEI, de acordo com ele, não compreendem ainda.

“O fechamento da fábrica da Ford vai impactar toda cadeia automobilística do estado. O PIB de Camaçari representa 17,5%, de acordo com a SEI, do PIB industrial da Bahia, e isto tem a ver com o setor automotivo. Mesmo

que a gente tenha uma nova montadora, adquirindo esse parque industrial (o de Camaçari), fazendo investimentos para retomar a produção de veículos no estado, esse processo leva tempo e o PIB de 2021 será impactado negativamente pelo fechamento”, afirmou.

Pontos críticos

O economista César Almeida elencou pontos que, segundo ele, são centrais para perceber que os números divulgados pela SEI são frágeis quando não comparados a outros indicadores. Desde a oferta de emprego a investimento na formação de profissionais qualificados, Almeida não acredita em boas perspectivas para a economia do estado para esse ano.

“A gente tem a maior taxa de desemprego do Brasil [19,9%, segundo dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Con-



Divulgação

Almeida não acredita em boas perspectivas para este ano

e a gente não tem um ambiente propício à inovação”, destacou.

Perda de relevância

César Almeida apresentou o ranking brasileiro de cidades empreendedoras que, segundo ele, mostra a carência de investimentos nesta área no estado. Há quatro cidades baianas no ranking, Camaçari, Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista.

“De 100 cidades empreendedoras, que fomentam o empreendedorismo, que oferecem oportunidade para os negócios, a gente só tem quatro baianas. De 100 em todo o país. Camaçari é a primeira, na 74ª posição, Salvador é a segunda, na 81ª posição. É assustador. Como vamos desenvolver a economia sem desenvolver os negócios?”, criticou Almeida.

LEIA A MATÉRIA NA ÍNTEGRA NO PORTAL A TARDE

ENTREVISTA

Especialista ensina a identificar golpes na busca por emprego


VICTOR ROSA

O desemprego na Bahia atingiu índice de 20,7% entre julho e setembro do ano passado e chegou ao patamar de maior taxa do Brasil, segundo pesquisa do IBGE. Por outro lado, o número de pessoas em busca de trabalho aumentou. Este

aumento pode representar também novas possibilidades para aplicar golpes se aproveitando desta necessidade.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos - Seccional Bahia (ABRH-BA), Wladimir Martins, é necessário ficar atento durante a busca por uma vaga de emprego.

Durante entrevista para o 'Isso é Bahia', na rádio A TARDE FM, ontem, o especialista elencou cinco pontos que o candidato deve ficar atento,

sendo eles: cobrança em dinheiro para participar do processo, cobrança em dinheiro para algum treinamento durante o processo, contato imediato após se candidatar à vaga, endereço de entrevista de emprego que não tem relação com a empresa que oferece a vaga e solicitação de dados como CPF e RG para participar do processo.

CONFIRA A ENTREVISTA COMPLETA NO PORTAL A TARDE

ALIMENTOS

Custo da cesta básica aumenta em 13 capitais em janeiro

ELAINE PATRICIA CRUZ
 Agência Brasil, São Paulo

O preço da cesta básica aumentou em janeiro em 13 das 17 capitais brasileiras que são analisadas na Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

A maior alta foi registrada em Florianópolis (5,82%), seguida por Belo Horizonte

(4,17%) e Vitória (4,05%). Por outro lado, ela apresentou queda em quatro capitais nordestinas: Natal (-0,94%), João Pessoa (-0,70%), Aracaju (-0,51%) e Fortaleza (-0,37%). Em Salvador, houve a alta de 2,06% no valor a cesta básica.

A capital que teve a cesta básica mais cara do país, no mês de janeiro, foi São Paulo. O custo médio dos produtos que compõem a cesta básica, na capital paulista, foi estimado em R\$ 654,15, alta de

3,59% na comparação com dezembro do ano passado. Em 12 meses, o valor do conjunto de alimentos subiu 26,40% em São Paulo.

Com base no preço da cesta básica de São Paulo, a mais cara observada pela pesquisa, o Dieese estimou que o salário mínimo necessário para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele seria de R\$ 5.495,52, o que corresponde a 5 vezes o valor do salário mínimo já reajustado, de R\$ 1.100,00.



Localizada em São Francisco do Conde, a Refinaria Landulpho Alves (Rlam) possui capacidade de processamento de 323 mil barris por dia

Petrobras fecha venda de Refinaria na Bahia

Fundo árabe Mubadala oferece US\$ 1,65 bi e leva a Landulpho Alves

Vinicius Nascimento

REPORTAGEM

vinicius.nascimento@reddebahia.com.br

A Refinaria Landulpho Alves (Rlam) – a primeira refinaria nacional de petróleo – foi vendida ontem pela Petrobras para o fundo Mubadala Capital por US\$ 1,65 bilhão (R\$ 8,86 bilhões na cotação atual). A assinatura do contrato de compra e venda ainda está sujeita à aprovação dos órgãos competentes responsáveis por homologar este tipo de negócio: o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Localizada no município de São Francisco do Conde, na Bahia, a Rlam possui capacidade de processamento de 323 mil barris/dia (14% da capacidade total de refino de petróleo do Brasil), e seus ativos incluem quatro terminais de armazenamento e um conjunto de oleodutos totalizando 669 km.

A unidade produz diesel, gasolina, querosene de Aviação, asfalto, nafta petroquímica, gases petroquímicos (propano, propeno e butano), parafinas, lubrificantes, GLP e óleos combustíveis (industriais, térmicos e bunker). Alguns

desses produtos são exportados para Estados Unidos, Argentina e países da Europa.

De acordo com o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), o valor negociado pela Petrobras para a venda da Rlam é cerca de 50% inferior ao seu valor em comparação com os cálculos estimados por um estudo realizado pelo órgão. A estimativa realizada indica que a refinaria vale entre US\$ 3 bilhões e US\$ 4 bilhões.

Coordenador técnico do Ineep, Rodrigo Leão aponta que “os dados revelam que a Rlam tem um potencial importante de geração de caixa futura que, a depender das premissas utilizadas, pode estar sendo subvalorizada nesse momento de venda”.

Do outro lado do negócio, há expectativa de retorno do valor investido em menos de uma década. É o que diz o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que considerou apenas a produção e os resultados obtidos pela Rlam em 2019.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia (SDE) afirmou que está aguardando o contato com o Mubadala Capital em relação ao processo de compra. Em nota, a pasta afirmou que ainda não construiu uma relação institucional com o grupo investidor e não conhece seus planos para a refinaria. Por conta disso, vai aguardar antes de falar sobre o negócio.

Ainda de acordo com a SDE, a Rlam tem “tem importância estratégica para o estado, para o país e para o mercado internacional” e afirma que o Governo do Estado sempre se empenhou em buscar uma saída viável para assegurar os postos de trabalho e a produtividade da refinaria baiana.

O Mubadala Investment Company é um dos dois grandes fundos soberanos de Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes Unidos. O outro fundo se chama Adia e tem uma carteira voltada para títulos de dívida e ações. Já o Mubadala investe em empresas privadas.

TRABALHADORES

Coordenador Geral da Federação Única dos Petroleiros, Deyvid Bacelar aponta que a venda deixa uma série de incertezas no ar. De acordo com ele, a venda de refinarias abre um sério risco de se criar monopólios regionais que vão impor os preços que quiserem à população, além de não garantir o abastecimento.

Bacelar diz que a categoria recebeu o anúncio com um misto de “revolta e tristeza” e alerta que a tendência é de não ficar parado. Uma greve não é descartada: em assembleia, eles já haviam decidido pela realização de uma paralisação caso houvesse progresso nas negociações para a venda da Rlam. De acordo com a direção do Sindipetro Bahia, o movimento está sendo organizado e pode acontecer a qualquer momento.

A Rlam nasceu antes mesmo da Petrobras, que foi fundada em 1953. Três anos antes, em São Francisco do Conde, a chamada Refinaria Nacional do Petróleo já operava 2.500 barris por dia, acabando de vez com a crença de que não existia petróleo no solo brasileiro. A Landulpho Alves foi responsável por manter, durante quase três décadas, a Bahia como o único estado produtor de petróleo no Brasil, chegando a produzir 25% da demanda do país.

A operação da Rlam possibilitou o desenvolvimento do Pólo Petroquímico de Camaçari, maior complexo industrial do Hemisfério Sul.

Petrobras reajusta preços da gasolina e do diesel

Em meio a acusações de falta de transparência e de independência da Petrobras para definir seus preços, a estatal anunciou ontem que o óleo diesel, a gasolina e o gás liquefeito de petróleo (GLP) vendidos em suas refinarias vão ficar mais caros a partir de hoje.

A decisão vem em linha com a recente alta da cotação da matéria-prima, o petróleo, e ainda ajuda a empresa a tentar dissipar dúvidas de que estaria contendo aumentos de preço para favorecer os caminhoneiros e evitar uma nova greve da categoria. Os caminhoneiros são grandes consumidores de diesel e aliados do presidente Jair Bolsonaro, que chegou a defendê-los durante a paralisação de maio de 2018.

A partir de hoje, o litro do diesel da estatal vai ficar mais caro R\$ 0,13; a gasolina, R\$ 0,17, e o quilo do gás de cozinha, R\$ 0,14. Os reajustes são respectivamente de 6%, 8% e 5%. O botijão de GLP de 13 kg é largamente usado pela população para cozinhar e, por isso, tem grande peso no cálculo da inflação.

Os questionamentos sobre a política de preços da Petrobras surgiram na última sexta-feira, após a agência Reuters divulgar que a empresa mudou de três meses para um ano o prazo de acompanhamento da cotação do petróleo no mercado internacional para decidir se deve ou não reajustar seus preços internos. Quanto maior o prazo, menor a chance de a empresa repassar para seus clientes mudanças momentâneas no mercado externo.

AÇÕES

A informação sobre a mudança do prazo de acompanhamento dos preços internacionais não foi bem recebida pelo mercado. Ontem, primeiro dia de negociação após a divulgação da notícia, as ações da Petrobras caíram, chegando ao fim do pregão com queda de 4,14%, no caso das ordinárias, vendidas a R\$ 28,45, e de 3,14%, das preferenciais, a R\$ 28,11. Nem mesmo a informação de que o petróleo continua subindo foi suficiente para animar os investidores a pagar mais pelas ações.

Em relatórios aos clientes, analistas de bancos sinalizaram que o momento é de cautela com a Petrobras. A XP Investimentos disse que existem riscos cada vez mais elevados de a política de preços da estatal não obedecer referências internacionais.

1950

foi o ano da criação da refinaria. Nela são refinados, hoje, diariamente, 31 tipos de produtos, das mais diversas formas

14%

é a participação da Rlam na capacidade total de refino de petróleo do Brasil

Bitcoin recebe aporte da Tesla e sobe 13,6%

MOEDA DIGITAL Após a companhia de carros elétricos Tesla anunciar um aporte de US\$ 1,5 bilhões de dólares, a bitcoin (moeda digital ou criptomoeda) registrou ontem uma alta de 13,6%, sendo cotada a US\$ 44.023,72 (aproximadamente R\$ 235.967,60 em conversão direta). A empresa - dirigida por Elon Musk, o homem mais rico do mundo - ainda deu indicativo de que passará a aceitar a moeda como forma de pagamento para seus produtos.

Há uma semana, Musk disse que o bitcoin está "prestes" a ser mais ampla-

mente aceito entre os investidores em um bate-papo no aplicativo de mídia social Clubhouse, que atraiu milhares de ouvintes. Os comentários seguiram o uso da tag "bitcoin" em seu perfil no Twitter na sexta-feira (29), o que já havia contribuído para elevar o valor da criptomoeda.

O movimento da Tesla, embora o mais impactante, não é único. Além da montadora, outros investidores institucionais estão apostando no mercado de moedas digitais e elevando o preço desse tipo de ativo, entre eles podem ser citados



Após a valorização de ontem, uma bitcoin está sendo cotada a US\$ 44 mil (cerca de R\$ 235.967,60)

a Square, empresa de pagamentos de Jack Dorsey, fundador do Twitter, a Fidelity Investments e a MicroStrategy.

Com as emissões de moeda por parte dos governos de todo o mundo para resgatar suas economias durante a pandemia, o bitcoin passou a ser entendido como um ativo de proteção e reserva de valor contra a potencial inflação em cenário global.

Mercado prevê inflação maior e crescimento menor em 2021

BOLETIM FOCUS O mercado voltou a estimar uma inflação mais elevada neste ano ao mesmo tempo em que reduziu a perspectiva de crescimento da economia brasileira. Segundo a pesquisa Focus do Banco Central desta segunda-feira (8/1), a estimativa das maiores insti-

tuições financeiras do Brasil é de que o IPCA de 2021 seja de 3,60% - era de 3,53% na semana passada. Para 2022 a estimativa diminuiu em 0,01 ponto percentual, a 3,49%. O centro da meta oficial para a inflação em 2021 é de 3,75% e para 2022 é de 3,50%.

Para o PIB (Produto Interno Bruto), a estimativa de crescimento em 2021 caiu de 3,5% para 3,47% no intervalo de uma semana. O Focus também mostrou a previsão de que a Selic chegará a 31 de dezembro deste ano sendo calculada em 3,50% este ano e em 5% em 2022.

miriam leitação



▶ blogs.globo.com/miriam-leitao/

Crise de produção e preços em alta

Os preços estão subindo fortemente dentro da indústria e há uma crise de suprimento. Alíes da ordem de 60%, no aço e de 63% nas resinas para plásticos. Embalagens continuam em falta. E os chips. Resultado de uma forte desorganização produtiva.

O IPIA industrial subiu 30% em 12 meses, e só em janeiro chegou a 4,48%. Para os consumidores também as contas estão chegando, os planos de saúde, combustíveis e material de limpeza sobem. Os preços dos alimentos vão cair porque a safra foi boa, mas menos do que se esperava. O IPIA mensal varificar em níveis baixos, mas o índice anual vai subir.

Dentro da indústria, o que está acontecendo é definido pelo economista José Roberto Mendonça de Barros, da MB Associdados, como "pancada de custos e falta no suprimento".

— Quando a economia parou, aqui e no mundo, todos as grandes acielarias desligaram fornos. Foram cinco desligados. Para religar, leva 60 a 90 dias, porque se perde os refratários internos. Isso gerou um atraso que não se teve até hoje. Quando a demanda voltou em junho, não tinha como entregar. Na metalurgia, muitas plantas anteciparam a

manutenção preventiva. Nas embalagens, falta caixa de papelão, assim como latas de cervejas, porque no Brasil 70% do papelão é produzido por matéria-prima dos recicladores, as carrocinhas das grandes cidades — diz José Roberto Mendonça de Barros.

Os produtores de vidro durante a crise tiveram um alto custo. Para não parar os fornos eles produziam, quebravam os vidros e retomavam a produção. Agora tem demanda, mas a barreira é importada, o dólar subiu, e o gás teve alta de preços, explicou uma fonte do setor.

— Falta frasco de vidro, garrafas, vidro para conservas. Garrafas para cerveja, se houver aumento de demanda, não tem para entregar — diz Mendonça de Barros.

Quanto disso vai ser repassado para o consumidor? A demanda vai cair neste primeiro semestre e deve segurar parte

dessa repasse. O IPIA de janeiro vai ser divulgado hoje e não será alto. Deve ficar entre 0,30% e 0,35%, mas ao longo do primeiro semestre o índice baterá em 6,5% em 12 meses, explica o professor Luiz Roberto Cunha. E que no ano passado os índices foram baixos ou negativos.

— A alimentação está desaquecendo gradualmente, mas tem pressão de diesel, o vestuário está em alta. Em fevereiro, deve pesar a educação e tem uma certa confusão na energia elétrica que agora está sem a bandeira vermelha, mas que durante o ano vai subir — diz Luiz Roberto Cunha, da PUC-Rio.

Em 2020, o consumo de energia caiu. Por mais estranho que pareça, consumidor vai pagar mais por isso.

Em 2020, o consumo de energia caiu. Por mais estranho que pareça, consumidor vai pagar mais por isso. A distribuidora teve prejuízo com a queda da demanda, e agora a conta vai para o consumidor. As empresas explicam que, para dar garantia de fornecimento, elas compram antecipadamente energia. Se a demanda cai, ela continua pagando por essa energia. Em resumo, o consumidor sempre paga a conta.

A economia está vivendo um período bem confuso. Recessão com choque de custos, falta de produto e dificuldade de importar.

— Quando a demanda voltou, o dólar estava em R\$ 5,50 e faltava navio. No mundo inteiro, houve aumento de pedidos e faltou navio. O preço do frete subiu. O preço de transportar por contêiner multiplicou-se por quatro — diz Mendonça de Barros.

Para o consumidor, o começo do ano sempre tem vários gastos extras, mas desta vez a pressão vem em momento de queda de renda e de elevação da incerteza. Além da energia, que pode ter reajustes de dois dígitos durante o ano, os planos de saúde estão cobrando a conta e a compensação por terem reajustado menos no ano passado.

Tanto para o consumidor quanto para o produtor industrial a situação está complicada. A desorganização produtiva fez com que em muitos casos o produto esteja pronto, esperando apenas uma peça. E por isso que há 250 mil carros vendidos e não entregues e 150 mil motos. E há cotiças surpreendentes.

— Falta chip no mundo inteiro. Aqui e em outros países. Todo mundo trabalhando em casa houve uma demanda extra por equipamentos de informática. E como os chips para informática são mais sofisticados do que os que vão nos carros, os fabricantes mudaram a produção e agora falta produto — diz José Roberto.

Mendonça de Barros diz que "está sempre acontecendo coisa nova rumo no Brasil". Desta vez, contudo, há um grau exagerado de confusão.

ECONOMIA

TAXA MÉDIA DE JUROS DO ESPECIAL SOBE 0,63%

PROCON-SP A taxa média de juros do cheque especial em fevereiro ficou em 7,96% a.m., ante os 7,91% praticados em janeiro - uma variação positiva de 0,63%. Já a taxa média do empréstimo pessoal entre os bancos consultados se manteve em 6,08% a.m. Os dados, divulgados ontem são de uma pesquisa conduzida pelo Procon-SP. O levantamento foi feito com base nas taxas vigentes no dia 2 de fevereiro. As instituições analisadas foram o Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú, Safra e Santander. Desses, o Itaú foi o único banco que elevou a taxa do cheque especial, saindo de 7,74% no primeiro mês do ano para 8,00% em fevereiro, a maior registrada entre os bancos analisados pela pesquisa.

BANCO DO BRASIL

5 533

desligamentos de funcionários foram validados pelo Banco do Brasil após lançamento de programa de demissão voluntária. Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o banco diz que os impactos financeiros dos programas serão informados nas apresentações de resultados do quarto trimestre de 2020. O objetivo da instituição é o de ganhar maior eficiência operacional.

REFORMA ADMINISTRATIVA COMEÇA A ANDAR

FIM DA ESTABILIDADE Depois de completar cinco meses parada no Congresso, a proposta de reforma administrativa deve ser encaminhada hoje para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), segundo informou o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL). A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) prevê a reestruturação do chamado RH do Estado, foi enviada no início de setembro ao Congresso, depois de uma pressão de parlamentares, mas ficou na gaveta. O projeto acaba com a estabilidade para parte dos novos servidores e tem sido criticada por não atacar o problema das desigualdades no setor público e manter privilégios para a elite do funcionalismo, sobretudo, do Judiciário.

ORIENTAÇÃO DO MPT Os trabalhadores que se recusarem a tomar a vacina contra a covid-19 sem apresentar razões médicas documentadas poderão ser demitidos por justa causa, de acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT). A orientação do órgão é para que as empresas invistam em conscientização, mas o entendimento é de que a mera recusa individual e injustificada à imunização não poderá colocar em risco a saúde dos demais empregados.

No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que, embora não possa forçar ninguém a se vacinar, o Estado pode impor medidas restritivas a quem se recusa a tomar o imunizante. Apesar de nenhum governo até o momento ter anunciado sanções aos negacionistas da vacina, essas medidas poderiam incluir multa, vedação a matrículas em escolas e o impedimento à entrada em determinados lugares.

Um guia interno elaborado pelo MPT segue o mesmo critério. "Como o STF já se pronunciou, a recusa à vacina permite a imposição de consequências. Seguimos o princípio de que a vacina é uma proteção coletiva. O in-

Recusa a vacina pode gerar demissão por justa causa

teresse coletivo sempre vai se sobrepôr ao individual. A solidariedade é um princípio fundante da Constituição", diz o procurador-geral do MPT, Alberto Balazeiro.

Ainda assim, a orientação do MPT é de que as demissões ocorram apenas como última alternativa após reiteradas tentativas de convencimento por parte do empregador da importância da imunização em massa.

"Na questão trabalhista é preciso ter muita serenidade. A recusa em tomar vacina não pode ser automaticamente uma demissão por justa causa. Todos temos amigos e parentes que recebem diariamente fake news sobre vacinas. O primeiro papel do empregador é trabalhar com informação para os empregados", diz o procurador-geral.

Ele lembra que toda empresa precisa incluir em seu Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) o



Como o STF já se pronunciou, a recusa à vacina permite a imposição de consequências. Seguimos o princípio de que a vacina é uma proteção coletiva. O interesse coletivo sempre vai se sobrepôr ao individual

Alberto Balazeiro
procurador-geral do MPT



Dona do Magazine Luiza, Luiza Trajano lança hoje campanha para agilizar ritmo de imunização no Brasil

Empresária articula movimento pró-vacina

VIA REDE PÚBLICA A empresária Luiza Trajano, do Magazine Luiza, lança hoje um amplo movimento empresarial visando a agilização da vacinação da população brasileira contra a covid-19 como ferramenta de reativação da economia. Ao contrário de mobilizações anteriores de empresas, que tinha por objetivo a imunização de funcionários, este grupo será focado na vacinação via rede pública, respeitando os grupos prioritários definidos pelo Ministério da Saúde.

A meta é ajudar a reduzir os "gargalos" para agilizar a

compra, o transporte, a distribuição e a aprovação de imunizantes no País, mas sem fazer aquisição direta de vacinas.

Neste momento, o grupo envolvido no projeto está terminando de angariar nomes para apoiar a campanha, que terá forte movimento de divulgação, mas a intenção é que seja uma frente ampla, que incluirá empresários e entidades de classe. A ideia é defender a meta de vacinação de uma parte significativa da população - entre 60% e 70% - até setembro.

Todo o setor produtivo, de acordo com uma pessoa próxima às conversas entre os empresários, acredita que a questão da vacinação está caminhando muito lentamente no País.

O Brasil, até o fim de semana, havia vacinado 3,5 milhões de pessoas com a primeira dose dos imunizantes Coronavac e AstraZeneca. Conforme mostrou reportagem do jornal o Estado de São Paulo, nesse ritmo, o País levaria mais de quatro anos para ter toda a sua população imunizada contra a covid-19.

risco de contágio de covid-19 e considerar a vacina no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), a exemplo do uso de máscaras, que já se tornou obrigação básica no ambiente de trabalho.

"Não são meros protocolos de papel, eles têm que ser levados a sério. É obrigação do empregador ter o fator covid-19 como risco ambiental e a vacina como meio de prevenção. Ter planejamento é fundamental e gera a simpatia dos órgãos de fiscalização", recomenda.

Balazeiro enfatiza que a exigência da vacina no trabalho deve seguir a disponibilidade dos imunizantes em cada região e o Plano Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde, que define a ordem da fila de vacinação. A partir da disponibilidade da vacina para cada grupo, caberá ao trabalhador comprovar a sua impossibilidade de receber o imunizante. "A saúde não se negocia quanto ao conteúdo, mas sim quanto à forma. Não posso negociar para que uma pessoa não use máscara, mas posso negociar se ela vai ficar em casa. O limite é a saúde, que é um bem coletivo", acrescenta o procurador-geral.

Dieese: cesta básica sobe em 13 das 17 capitais pesquisadas

DADOS DE JANEIRO O preço da cesta básica aumentou em janeiro em 13 das 17 capitais brasileiras que são analisadas na Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). A maior alta foi registrada em Florianópolis (5,82%). Por outro lado, a maior queda foi em Natal (-0,94%).

A capital que teve a cesta básica mais cara do país, no mês de janeiro, foi São Paulo: R\$ 654,15, alta de 3,59% na comparação com dezembro do ano passado. Em 12 meses, o valor do conjunto de alimentos subiu 26,40% na cidade. O Dieese estimou que o salário mínimo necessário para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, seria de R\$ 5.495,52, o que corresponde a 5 vezes o valor do salário mínimo já reajustado, de R\$ 1.100,00. Em 11 das 17 capitais analisadas pela pesquisa, a cesta básica custa mais da metade do salário mínimo atual. As exceções são Belém, Salvador, Recife, João Pessoa, Natal e Aracaju.

Mais*

EM TODA A BAHIA, 92 MUNICÍPIOS JÁ TIVERAM PROBLEMAS COM A ORDEM DE IMUNIZAÇÃO

ARTOS DA MARIANO

'Fura-filas' tentam levar vantagem na vacinação

MP apura 179 denúncias de desobediência a normas da campanha na Bahia

Carolina Cerqueira*

REPORTAGEM

carolina.cerqueira@redebahia.com.br

A tão esperada vacinação contra a covid-19 começou na Bahia em 19 de janeiro. Como ainda não há doses suficientes para toda a população, critérios de prioridade foram adotados. Neste primeiro momento, apenas profissionais de saúde, indígenas e idosos estão sendo imunizados. Mas tem muita gente que não faz parte da prioridade e não quer esperar a sua vez. São os 'fura-filas'. Até ontem, o Ministério Público da Bahia (MP-BA) e a Ouvidoria Geral do Estado (OGE) registraram 179 denúncias em 92 municípios baianos.

Na lista, Salvador é a cidade campeã de denúncias, com 24 ocorrências. Logo em seguida, aparecem Feira de Santana, com 9, e Biritinga e Bom Jesus da Serra, ambas com 7. Além dessas denúncias já listadas pelo MP, a Ouvidoria Geral do Estado (OGE) também recebeu uma denúncia do município de São Felipe e uma do município de Teodoro Sampaio, totalizando 92 cidades com registro de denúncias (veja a lista na tabela abaixo).

O MP, que apura as denúncias, informou que está notificando os municípios com casos suspeitos de irregularidades na aplicação de vacinas e solicitando que as prefeituras

e secretarias de saúde se atenham rigorosamente aos critérios técnicos de prioridade na imunização, que constam do 'Informe técnico da campanha nacional de vacinação contra a covid-19', do Ministério da Saúde. Além disso, foi solicitado que as administrações municipais encaminhem ao MP semanalmente uma lista das pessoas que já foram vacinadas, com nome completo, CPF e a motivação da vacinação.

CRIME

Segundo o MP, o desrespeito à ordem de prioridade na vacinação contra a covid-19 pode ser considerado crime de infração de medida sanitária e peculato, com pena variando entre multa e até 12 anos de reclusão. Os crimes são previstos nos artigos 268 e 312 do Código Penal Brasileiro, e a pena é aumentada em um terço se o agente é funcionário da Saúde Pública ou exerce a profissão de médico, farmacêutico, dentista ou enfermeiro. Se for funcionário público, responde ainda por improbidade administrativa, abuso de autoridade, expor a perigo a vida de outra pessoa e exigir vantagem indevida em razão do cargo. Na Bahia, até o momento, ninguém foi preso por furar a fila da vacinação.

Sobre as denúncias, o prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), pediu paciência à população. "Tem que ter um pouco de paciência. Sei que as

pessoas estão enfrentando muito tempo de pandemia, já são 11 meses, eu consigo compreender o desespero das pessoas, mas vamos respeitar os procedimentos", pediu.

Bruno Reis também disse que quem furar a fila será penalizado. "Quero fazer um apelo para as pessoas que não

têm direito de serem vacinadas, que não vão aos pontos de vacinação, porque isso retarda o processo, gera um desgaste e não há como furar fila, porque o controle é rígido e, quem furar, pode ser penalizado. O Ministério Público está acompanhando", acrescentou o prefeito, du-

rante a inauguração do novo prédio do Centro Municipal de Educação Infantil (Cmei) Semente do Amanhã, na última sexta-feira (5).

AUDITORIA DO SUS

A Ouvidoria Geral do Estado informou que as denúncias recebidas são encaminhadas para a auditoria do Sistema Único de Saúde (SUS) e para a Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA). A SSP investiga uma denúncia, mas não informou detalhes do caso.

Com a chegada de 186.200 novas doses, a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) autorizou os 417 municípios iniciarem a vacinação de idosos acima de 80 anos. Em Salvador, desde ontem, a vacinação foi ampliada para idosos de 85 anos ou mais. Na quinta (11), também já poderão se vacinar os que tiverem entre 80 e 84 anos.

Também já podem se vacinar em toda a Bahia indígenas e comunidades tradicionais, além de trabalhadores da área da saúde. Este último grupo inclui os funcionários que atuam em hospitais, clínicas, consultórios e multicentros que estão inseridas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). O Projeto de Lei 40/21, que está em trâmite na Câmara dos Deputados, estabelece pena de dois a quatro anos de detenção e multa para quem desrespeitar as filas.

*COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.



Bahia recebeu mais 186,2 mil doses, o que possibilitou ampliar a vacinação para idosos a partir de 80 anos

CIDADES ONDE OCORRERAM DENÚNCIAS DO MP E OGE

Município	Número de denúncias
ALAGONINHAS	Dois
ANGUERA	Quatro
ANTAS	Uma
ARACA	Dois
BARRO DO MENDES	Quatro
BARROCAS	Dois
BOM JESUS DA LAPA	Quatro
BOM JESUS DA SERRA	Sete
CACULÉ	Dois
CAETITE	Uma
CAMAÇARI	Uma
CANAVERIAS	Dois
CANDEIAS	Uma
FEIRA DE SANTANA	Nove
ITABUNA	Dois
ITAPETINGA	Uma
JEQUÊ	Dois
LAURO DE FREITAS	Dois
MATA DE SÃO JOÃO	Três
PE DE SERRA	Quatro
PORTO SEGURO	Dois
SALVADOR	Vinte e Quatro
SANTA BARBARA	Três
SANTO ANTONIO DE JESUS	Dois
SERRINHA	Uma
SIMÕES FILHO	Uma
TEODORO SAMPAIO	Uma
TEOFILÂNDIA	Dois
TERRA NOVA	Uma
TUCANO	Uma
LALIA	Uma
VEREDA	Uma
VITÓRIA DA CONQUISTA	Três

Veja a lista completa em correio24horas.com.br

Saiba onde denunciar os casos de quebra da ordem

Os cidadãos que identificarem situações irregulares na vacinação poderão denunciar à Ouvidoria Geral do Estado (OGE) no telefone 08002840011, de segunda a sexta, das 7h30 às 17h30; no

site: www.ouvidoria.ba.gov.br; no app SAC Digital e no e-mail: ceao@ouvidoria.ba.gov.br.

O Ministério Público da Bahia (MP-BA) também recebe denúncias no telefone

0800-6424577 e no e-mail: gtoconavirus@mp-ba.mp.br.

O cidadão pode ainda recorrer ao Ministério Público Federal (MPF) no app MPF Serviços e no e-mail pr-

ba-sac@mpf.mp.br ou no site www.mpf.mp.br/mpf-servicos.

Em Salvador, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), tem o app Detetive Fura-Fila, o Fala Salvador 156 e a

opção Fale Conosco do site da SMS Ouvidoria em Saúde (www.saude.salvador.ba.gov.br/fale-com-a-ouvidoria); ou pelo e-mail ouvidoria.sau@salvador.ba.gov.br.

Tribuna

Combustíveis

O senador Jaques Wagner (PT) criticou ontem o reajuste da gasolina e do diesel, anunciado pela Petrobras. Até mesmo o presidente Jair Bolsonaro chegou a demonstrar descontentamento com o fato. "Mal começou o ano e já temos o 3º reajuste da gasolina e 2º do diesel em 2021. Essa é política econômica do governo federal: garante os lucros dos acionistas privados e sacrifica ainda mais a vida e o trabalho do povo, como dos caminhoneiros, taxistas e motoristas de aplicativos", disse Wagner, no Twitter.



Jaques Wagner

Confirmado

O presidente Jair Bolsonaro confirmou ontem que o governo negocia o pagamento de um novo auxílio aos trabalhadores informais, que sucederá o auxílio emergencial pago desde o ano passado e cujos últimos repasses foram feitos no fim de janeiro. Ainda não há detalhes sobre as regras do benefício nem o valor a ser pago. No auxílio emergencial criado no ano passado, foram pagas três parcelas de R\$ 600 até R\$ 1.800 por família (os valores maiores eram destinados a famílias chefiadas por mulheres). O valor do benefício depois foi reduzido para parcelas de R\$ 200 cada até o encerramento do programa.

A corda aperta!

O não pagamento do auxílio emergencial em janeiro já traz impactos na economia e também na política. Nos mercados, percebe-se claramente uma redução do consumo por falta de renda - e o varejo sente isso fortemente. Na política, o presidente Bolsonaro começa a perceber o quanto isso representará para seus planos de permanecer no Palácio do Planalto em 2022. Assim, só resta o ministro Paulo Guedes promover mais um "milagre". A observar.

Tribuna

Grupo árabe adquire Refinaria Landulpho Alves por US\$ 1,65 bi

YURI ABREU
REPORTER

Criada em setembro de 1950, impulsionada pela descoberta do petróleo na Bahia, a Refinaria Landulpho Alves (RLAM), localizada em São Francisco do Conde, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), se tornou o primeiro equipamento do gênero a ser vendido para a iniciativa privada. Ontem, a Petrobrás confirmou que aceitou a proposta do grupo Mubadala Capital, dos Emirados Árabes Unidos, por US\$ 1,65 bilhões – mais de R\$ 8,8 bi, na cotação de meados desta segunda-feira.

“A Petrobras concluiu a

rodada final da fase vinculante do processo de venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) e seus ativos logísticos associados, na Bahia (...). A assinatura do contrato de compra e venda ainda está sujeita à aprovação dos órgãos competentes”, informou a empresa, através de nota divulgada ontem.

Segundo informações disponíveis no site da empresa estatal, a RLAM foi a primeira refinaria nacional de petróleo. Após a sua criação, há 70 anos, o equipamento, localizado no Recôncavo Baiano, teve com a sua operação a possibilidade do desenvolvimento do primeiro complexo petroquímico planejado do país e maior complexo industrial do Hemisfé-

rio Sul, o Pólo Petroquímico de Camaçari.

Nela são refinados, diariamente, 31 tipos de produtos, das mais diversas formas. Além dos conhecidos GLP, gasolina, diesel e lubrificantes, a refinaria é a única produtora nacional de food grade, uma parafina de teor alimentício utilizada para fabricação de chocolates, chicletes, entre outros, e de n-parafinas, derivado utilizado como matéria-prima na produção de detergentes biodegradáveis.

A RLAM tem uma área total de 6,5 km² e possui, ao todo, 26 Unidades de Processos, 31 Produtos, 201 tanques de armazenamento e 18 esteras de armazenamento. Quando em funcio-



namento, atendia principalmente os estados da Bahia e Sergipe, além de outros estados da região Norte e Nordeste. Alguns produtos são ainda exportados para Estados Unidos, Argentina e países da Europa. Em 1953, com a criação da Petrobras, a refinaria foi incorporada à recém criada companhia, sendo rebatizada em 1957, em homenagem a Landulpho Alves, engenheiro agrônomo e político baia-

no que lutou pela causa do petróleo no Brasil.

GREVE

Após o anúncio da decisão da Petrobrás, o Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro-BA) afirmou que pode entrar em greve a qualquer momento. A notícia foi recebida, segundo a categoria, com um misto de revolta e tristeza. Segundo eles, junto com a Refinaria, estão sendo entre-

PIONEIRISMO

A RLAM foi a primeira refinaria nacional de petróleo

gues 669 quilômetros de oleodutos, que ligam a refinaria ao Complexo Petroquímico de Camaçari e ao Terminal de Madre de Deus, que também está sendo vendido no pacote que inclui ainda outros três terminais da Bahia (Candeias, Jequié e Itabuna).

Contudo, em assembleia, o sindicato já havia deliberado pela realização de uma greve, caso houvesse progresso nas negociações para a venda da RLAM. De acordo com a direção da organização, o movimento paralisista está sendo organizado. “As consequências da venda da RLAM já podem ser antecipadas e não serão boas para os consumidores e para o país”, afirma o coordenador do Sindipetro Bahia, Jairo Batista. “A venda vai impactar a economia baiana e dos municípios localizados no entorno da RLAM, além de diminuir os níveis de investimento, emprego e direitos dos trabalhadores”, acrescentou o dirigente.

Veículo: Tribuna da Bahia Online	Caderno: Política
Data: 08/02/2021	Página: --



Com pandemia e sem Carnaval, cerca de 1,2 milhão de pessoas deixará de estar nas ruas de Salvador

Cerca de 60 mil trabalhadores ficarão sem opção de desempenhar suas atividades e um montante de R\$ 90 milhões de rendimentos, fruto dos trabalhos realizados durante o período de Carnaval, deixará de ser gerado, estima a SEI.

Tribuna da Bahia, Salvador

08/02/2021 19:25 | Atualizado há 14 horas e 15 minutos

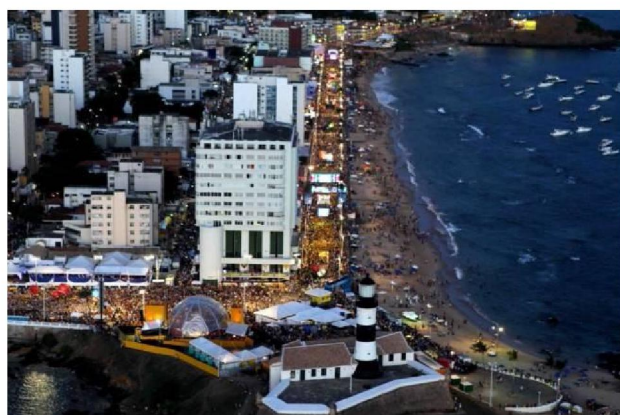


Foto: Manu Dias / GOV BA

O cancelamento do Carnaval de Salvador, devido à pandemia da Covid-19, vai evitar que 1,2 milhão de pessoas circulem nas ruas onde tradicionalmente acontecem os festejos, na capital baiana. A estimativa é da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria estadual do Planejamento (Seplan). A SEI também estima que em torno de R\$ 1,7 bilhão, advindos dos gastos dos foliões, deixarão de circular em Salvador. Cerca de 60 mil trabalhadores ficarão sem opção de desempenhar suas atividades e um montante de R\$ 90 milhões de rendimentos, fruto dos trabalhos realizados durante o período de Carnaval, deixará de ser gerado. O desinvestimento público deve ser de R\$ 133 milhões.

“O cancelamento do Carnaval foi uma decisão acertada e pautada na necessidade de preservar vidas humanas, uma vez que estamos enfrentando uma pandemia mundial de uma doença altamente contagiosa. Portanto, não pouparemos esforços para vencer esta guerra e o cancelamento do Carnaval vai ao encontro das diversas ações de combate ao Coronavírus que o Estado da Bahia vem adotando desde o início da pandemia”, destaca o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

Para estimar a provável participação dos foliões locais no Carnaval 2021 foi usada a média de moradores da capital que brincaram em eventos anteriores (17,7%). Essa proporção foi identificada em pesquisas realizadas pela SEI/DIEESE/SECULT. Considerando-se a população estimada pelo IBGE para capital em 2020 (2,9 milhões de habitantes), a SEI supõe que em torno de 528 mil foliões residentes estariam na festa em 2021. Para aferir a participação dos turistas, caso houvesse o evento, a Superintendência replicou o cálculo da Setur para o ano de 2020, quando se avaliou a presença de 636 mil turistas.

A SEI calculou que o cancelamento da festa impõe a não circulação de, pelo menos, R\$ 1,7 bilhão relativos ao gasto dos foliões. Para alcançar este número foram considerados os gastos médios dos foliões por categoria; residentes, turistas do interior, turistas de outros estados, e turistas de outros países.

“Realmente o Carnaval é uma festa que traz um número expressivo de turistas para nosso estado, principalmente para Salvador, que faz a maior festa de rua do mundo”, ressalta o secretário de Turismo do Estado, Fausto Franco. No entanto, ele acrescenta que apesar do impacto causado pelo cancelamento da festa, a necessidade de salvar vidas humanas é imperiosa neste momento e lembra que mesmo não ocorrendo a folia momesca, a Bahia tem lugares paradisíacos para serem visitados a qualquer época do ano, que oferecem distanciamento social e turismo ao ar livre, junto à natureza, sem contar o rico patrimônio histórico cultural para ser visitado.

Os dados da pesquisa Suplemento do Carnaval de 2010, que adota a metodologia e a estrutura organizacional da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a qual investiga os indivíduos que responderam a condição de se trabalharam ou não no período da festa em Salvador, indicam que na condição afirmativa estiveram 93 mil ocupados, ou 6,18%, da força de trabalho municipal. A proporção daqueles que exerceram a atividade exclusivamente em função do Carnaval corresponde a 60%. Buscando definir um paralelo, a SEI utilizou este percentual em relação ao mesmo recorte da população de Salvador para o ano de 2020, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do primeiro trimestre, quando se concluiu que 60 mil trabalhadores ficarão sem opção de desempenhar suas atividades com a não realização do Carnaval em 2021. Atualizando o rendimento médio do trabalho identificado na PED e aplicando as estimativas citadas, identifica-se a não geração de um montante de R\$ 90 milhões de rendimentos com o trabalho. “Diferenciamos o que é trabalho realizado durante o Carnaval e o que é trabalho que só existe em função do Carnaval”, explicou Armando de Castro, diretor de estatística da SEI.

Para efetivação do evento em 2020, a despesa dos poderes estadual e municipal foi de R\$ 133 milhões. O Governo do Estado disponibilizou R\$ 73 milhões distribuídos entre os municípios que fazem o Carnaval. Salvador absorve a maior parte deste recurso. Este valor é desembolsado para realização de atividades setoriais (cultura, turismo, saúde, segurança pública, transporte, direitos humanos, etc.). Segundo a SEI, a Prefeitura Municipal de Salvador aportou R\$ 60 milhões, destes, R\$ 20 milhões originários dos cofres públicos e o restante advindo de patrocínio.

Ainda de acordo com a Superintendência, o verão sem festas públicas ou privadas deve impactar nos indicadores de diversos setores no primeiro trimestre de 2021. A redução de arrecadação de ICMS foi projetada em R\$ 47,3 milhões nos setores de bebidas, alimentação e alojamento. Também acarretará na queda de 18,2% na taxa de ocupação dos hotéis em Salvador, no período, e redução de 7 mil postos de trabalho diretos, além da queda em torno de 25% da receita nominal do conjunto de atividades características do turismo.

Veículo: Tribuna da Bahia Online	Caderno: Política
Data: 08/02/2021	Página: --



Bolsonaro: Não estou querendo, não vou pensar e nem poderia diminuir ICMS

Bolsonaro negou que esteja "brigando" com governadores e reconheceu que os impostos federais também são altos.

Tribuna da Bahia, Salvador

08/02/2021 18:59 | Atualizado há 14 horas e 59 minutos



Foto: Isac Nóbrega / PR

Por Emily Behnke e Daniel Galvão

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta segunda-feira, 08, que o governo não tem a intenção de diminuir o valor do ICMS dos Estados. Ele reforçou que o governo segue focado em encontrar alternativas para o aumento do custo do óleo diesel, reivindicação dos caminhoneiros. Hoje, a Petrobras anunciou aumentos dos preços médios de venda às distribuidoras da gasolina, diesel e GLP, gás de cozinha, que passam a vigorar amanhã.

"Não estou querendo, nem vou pensar e nem poderia diminuir o valor do ICMS", disse em entrevista ao apresentador José Luiz Datena. Na última sexta-feira, 5, o governo propôs ter um valor fixo do ICMS por litro dos combustíveis e realizar a cobrança do tributo nas refinarias, e não na bomba. A ideia, contudo, não foi bem recebida por governadores que temem a diminuição da arrecadação e o consequente impacto nas contas estaduais.

Bolsonaro negou que esteja "brigando" com governadores e reconheceu que os impostos federais também são altos. Ante o novo reajuste de preços dos combustíveis anunciado pela Petrobras, Bolsonaro se reuniu hoje com a equipe econômica. Segundo o chefe do Executivo, o que o País precisa é de uma mudança do sistema tributário. Ele ponderou, entretanto, que a reforma tributária, em análise no Congresso, ainda deve levar sete ou oito meses para ser aprovada.

Fonte: Estadão Conteúdo

Veículo: Tribuna da Bahia Online	Caderno: Política
Data: 08/02/2021	Página: --



Balança comercial tem déficit de US\$ 1,152 bilhão na 1ª semana de fevereiro

No acumulado do ano, o saldo comercial é deficitário em US\$ 2,278 bilhões

Tribuna da Bahia, Salvador

08/02/2021 16:35 | Atualizado há 17 horas e 26 minutos



Foto: Reprodução

Por Lorena Rodrigues

A balança comercial brasileira registrou déficit comercial de US\$ 1,152 bilhão na primeira semana de fevereiro. De acordo com dados divulgados nesta segunda-feira, 08, pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 3,667 bilhões e importações de US\$ 4,820 bilhões.

As importações registraram aumento de 30,9%, com queda de 1,9% em agropecuária e de 17,6% em indústria extrativa e crescimento de 34,9% em produtos da indústria de transformação.

Já as exportações recuaram 15,3%, com recuo de 59,7% em agropecuária, crescimento de 5,2% em indústria extrativa e queda de 11,9% em produtos da indústria de transformação.

No acumulado do ano, o saldo comercial é deficitário em US\$ 2,278 bilhões, resultado de exportações de US\$ 18,48 bilhões e importações de US\$ 20,75 bilhões no período.

Fonte: Estadão Conteúdo

Veículo: Gov Bahia	
Data: 08/02/2021	



Com pandemia e sem Carnaval, cerca de 1,2 milhão de pessoas deixará de estar nas ruas de Salvador

8 fevereiro 2021



Foto: Manu Dias/Arquivo GOVBA

O cancelamento do carnaval de Salvador, devido à pandemia da Covid-19, vai evitar que 1,2 milhão de pessoas circulem nas ruas onde tradicionalmente acontecem os festejos, na capital baiana. A estimativa é da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria do Planejamento do Estado (Seplan). A SEI também estima que em torno de R\$ 1,7 bilhão, advindo dos gastos dos foliões, deixarão de circular em Salvador.

Cerca de 60 mil trabalhadores ficarão sem opção de desempenhar suas atividades e um montante de R\$ 90 milhões de rendimentos, fruto dos trabalhos realizados durante o período de Carnaval, deixará de ser gerado. O desinvestimento público deve ser de R\$ 133 milhões.

“O cancelamento do Carnaval foi uma decisão acertada e pautada na necessidade de preservar vidas humanas, uma vez que estamos enfrentando uma pandemia mundial de uma doença altamente contagiosa. Portanto, não pouparemos esforços para vencer esta guerra e o cancelamento do Carnaval vai ao encontro das diversas ações de combate ao Coronavírus que o Estado da Bahia vem adotando desde o início da pandemia”, destaca o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

Para estimar a provável participação dos foliões locais no Carnaval 2021 foi usada a média de moradores da capital que brincaram em eventos anteriores (17,7%). Essa proporção foi identificada em pesquisas realizadas pela SEI/DIEESE/Secult. Considerando-se a população estimada pelo IBGE para capital em 2020 (2,9 milhões de habitantes), a SEI supõe que em torno de 528 mil foliões residentes estariam na festa em 2021. Para aferir a participação dos turistas, caso houvesse o evento, a superintendência replicou o cálculo da Setur para o ano de 2020, quando se avaliou a presença de 636 mil turistas.

A SEI calculou que o cancelamento da festa impõe a não circulação de, pelo menos, R\$ 1,7 bilhão relativos ao gasto dos foliões. Para alcançar este número foram considerados os gastos médios dos foliões por categoria; residentes, turistas do interior, turistas de outros estados, e turistas de outros países.

“Realmente, o Carnaval é uma festa que traz um número expressivo de turistas para nosso estado, principalmente para Salvador, que faz a maior festa de rua do mundo”, ressalta o secretário de Turismo do Estado, Fausto Franco. No entanto, ele acrescenta que apesar do impacto causado pelo cancelamento da festa, a necessidade de salvar vidas humanas é imperiosa neste momento e lembra que mesmo não

ocorrendo a folia momesca, a Bahia tem lugares paradisíacos para serem visitados a qualquer época do ano, que oferecem distanciamento social e turismo ao ar livre, junto à natureza, sem contar o rico patrimônio histórico cultural para ser visitado.

Os dados da pesquisa Suplemento do Carnaval de 2010, que adota a metodologia e a estrutura organizacional da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a qual investiga os indivíduos que responderam a condição de se trabalharam ou não no período da festa em Salvador, indicam que na condição afirmativa estiveram 93 mil ocupados, ou 6,18%, da força de trabalho municipal. A proporção daqueles que exerceram a atividade exclusivamente em função do Carnaval corresponde a 60%.

Buscando definir um paralelo, a SEI utilizou este percentual em relação ao mesmo recorte da população de Salvador para o ano de 2020, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do primeiro trimestre, quando se concluiu que 60 mil trabalhadores ficarão sem opção de desempenhar suas atividades com a não realização do Carnaval em 2021.

Atualizando o rendimento médio do trabalho identificado na PED e aplicando as estimativas citadas, identifica-se a não geração de um montante de R\$ 90 milhões de rendimentos com o trabalho. “Diferenciamos o que é trabalho realizado durante o carnaval e o que é trabalho que só existe em função do carnaval”, explicou o diretor de estatística da SEI, Armando de Castro.

Para efetivação do evento em 2020, a despesa dos poderes estadual e municipal foi de R\$ 133 milhões. O Governo do Estado disponibilizou R\$ 73 milhões distribuídos entre os municípios que fazem o carnaval. Salvador absorve a maior parte deste recurso. Este valor é desembolsado para realização de atividades setoriais (cultura, turismo, saúde, segurança pública, transporte, direitos humanos, etc.). Segundo a SEI, a Prefeitura Municipal de Salvador aportou R\$ 60 milhões, dos quais R\$ 20 milhões originários dos cofres públicos e o restante advindo de patrocínio.

Ainda de acordo com a superintendência, o verão sem festas públicas ou privadas deve impactar nos indicadores de diversos setores no primeiro trimestre de 2021. A redução de arrecadação de ICMS foi projetada em R\$ 47,3 milhões nos setores de bebidas, alimentação e alojamento. Também acarretará na queda de 18,2% na taxa de ocupação dos hotéis em Salvador, no período, e redução de 7 mil postos de trabalho diretos, além da queda em torno de 25% da receita nominal do conjunto de atividades características do turismo.

Fonte: Ascom/SEI

Veículo: Gov Bahia	
Data: 08/02/2021	



Parceria entre o BNDES e Governo do Estado fortalecerá gestão de preservação de parques baianos

8 fevereiro 2021



Foto: Divulgação

Uma equipe com consultores e técnicos de diversas áreas de atuação esteve presente em Salvador, entre os dias 2 e 4 de fevereiro, para realizar uma visita nos parques de Pituáçu, Zoobotânico e São Bartolomeu, visando avaliar uma possível parceria entre o Governo do Estado e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A comitiva foi acompanhada por técnicos, coordenadores e diretores do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), órgão fiscalizador que acompanhará todo o processo.

A visita técnica busca munir as partes envolvidas, juntamente com a sociedade, de informações dos principais pontos e regiões de interesse, objetivando fundamentar os estudos de viabilidade para a concessão das unidades de conservação, com foco na alavancagem do ecoturismo e a preservação ambiental de importantes parques do estado baiano. A ação faz parte de um programa do BNDES de Concessões de Parques Naturais, lançado no fim de 2020.

Além dos parques da capital baiana, também serão envolvidos no projeto de estudos para a concessão os parques estaduais da Serra do Conduru e das Sete Passagens. O Serra do Conduru fica localizado em área dos municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca, inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Leste com uma área de 9.275 hectares. Já o de Sete Passagens fica no município de Miguel Calmon, inserido na Bacia Hidrográfica do rio Itapicurú, possuindo uma área estimada de 2.821 hectares.

A diretora-geral do Inema, Márcia Telles, afirma que é favorável esse tipo de parceria, principalmente quando se tem como principal objetivo a manutenção e preservação da vasta e rica área ambiental baiana. Além disso, a gestora explica que caso seja aprovado, após estudos e análises de viabilidade, o processo se dará por meio de uma concessão.

“Em um primeiro momento, estamos recebendo a comitiva com representantes do banco para realizar um diagnóstico avaliativo dos nossos parques sobre as possibilidades de fomentação turística sustentável e socioambiental e de preservação ambiental. Posteriormente, nós vamos envolver as comunidades do entorno dessas áreas para que também participem do processo. É interessante deixar claro que eles também são importantes em todo o contexto, já que vivem ao redor dessas regiões e muitos vivem do trabalho que é desenvolvido direta ou indiretamente nesses parques”, salientou a diretora.

Ainda segundo Márcia Telles, “nessas escutas e audiências públicas, a população poderá compreender como funciona uma concessão e terá ciência de que essa pode ser uma alternativa para o turismo sustentável e preservação ambiental que todos nós desejamos para essas localidades”.

Potencial

A chefe de Departamento para Estruturação de Projetos de Concessões Socioambientais do BNDES, Camila Costa, está participando das visitas e será um dos elos entre a avaliação dos parques e o banco. Segundo a representante da instituição financeira, neste primeiro momento, a equipe ficou impactada com a beleza e potencial dos parques baianos.

“A visita aos parques, tanto da cidade de Salvador quanto do interior do estado, revela belezas impressionantes. No caso dos parques urbanos da capital, todo conteúdo cultural relacionado, por exemplo, ao Parque de Pituvaçu mostra uma efervescência da comunidade no entorno do parque. Então tudo isso ficou muito perceptível, além do potencial, tanto por ser uma cidade turística quanto por fazer parte de uma rota turística dentro da própria cidade. De fato, as possibilidades chamaram muito a atenção, tanto das equipes do BNDES quanto das equipes das consultorias especializadas”, avaliou Camila.



Foto: Divulgação

Juntamente com a comitiva, Camila também esteve presente no Parque Zoobotânico Getúlio Vargas, mas conhecido como Zoo de Salvador, e, segundo ela, assim como Pituvaçu, o local emana um grande potencial para exploração do ecoturismo. “O mesmo potencial é visto no Zoobotânico de Salvador, tanto pelo acervo de fauna presente, quanto pela localização. Os parques urbanos de Salvador de fato trazem muito potenciais justamente por estarem no município e pelos próprios equipamentos. A ideia realmente é trabalhar a alma desses lugares, trazendo também o que a comunidade tem para oferecer”, disse.

Programação

No último domingo (7), as visitas técnicas se voltaram para o interior do estado, começando pelo Parque Estadual Serra do Conduru e, posteriormente, no dia 10, será realizada no Parque Estadual Sete Passagens. “A Serra do Conduru é uma joia. Situado em duas cidades bem turísticas, que são Ilhéus e Itacaré, fica próximo ao aeroporto de Ilhéus, o que já aumenta bastante a viabilidade do parque pela facilidade de acesso e já existe uma cadeia turística o que favorece a formatação de ecoturismo. A ideia realmente é tornar o parque visível para esse circuito e claro, muito focado na cultura do lugar, no envolvimento da comunidade. Serra Grande apresenta uma comunidade muito organizada e bem constituída. A ideia também é escutar essa comunidade e entender como fazer a sinergia entre os elementos socioculturais locais e todos os atrativos do parque”, finalizou.

Fonte: Ascom/Inema

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 09/02/2021	Caderno: Notícias



Terça, 09 de Fevereiro de 2021 - 06:40

Lira marca para terça votação de autonomia do BC para dar sinalização ao mercado

por Danielle Brant, Larissa Garcia e Bernardo Caram | Folhapress

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chegou a um acordo com a maioria dos líderes partidários para votar o projeto que prevê autonomia do Banco Central, medida que, afirmou, dará uma grande sinalização de "credibilidade" para o Brasil no mundo.

Lira, que venceu a eleição para a presidência da Câmara na última segunda (1º), passou os últimos dias articulando a votação com o novo relator do texto, o deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE).

O projeto foi aprovado no Senado em novembro e está entre as prioridades do governo federal. No entanto, era visto como secundário pelo ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ), que defendia a votação de pautas consideradas mais urgentes, como a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial, que traz mecanismos de ajuste fiscal, e a reforma tributária.

Nesta segunda (8), Lira escreveu em uma rede social que, com "a sinalização positiva da maioria dos líderes", colocaria em votação nesta terça (9) o projeto sobre a autonomia do Banco Central.

"Uma grande sinalização de destravamento da pauta do Congresso", disse. "Um grande sinal de previsibilidade para o futuro da economia brasileira. Um grande sinal de credibilidade para o Brasil perante o mundo."

O deputado Silvio Costa Filho deu parecer favorável à aprovação do texto conforme veio do Senado. Nesta segunda, o parlamentar se reuniu com o ministro Paulo Guedes (Economia), com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e com Lira.

No início da noite, Lira, Guedes, Campos Neto e o ministro-chefe da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos, deram declarações depois de uma reunião sobre o assunto.

Guedes elogiou o relatório e disse que o mais importante era a harmonia dos poderes independentes. "A autonomia do Banco Central é um projeto antigo, é um sonho de mais de 40 anos", disse. Segundo ele, o projeto é a garantia de que aumentos setoriais e temporários de preços não se transformem em altas permanentes e generalizadas.

O ministro qualificou ainda o projeto de decisivo para garantir a estabilidade monetária do país.

Lira, em sua declaração, afirmou que vai realizar nesta terça (9) uma reunião de líderes da base do governo e da oposição. A ideia é aprovar o texto até quarta (10).

O presidente da Câmara disse que a autonomia diminui as possibilidades de influências

políticas deste governo ou de outros que possam tentar intervir na política monetária. "Tantos outros governos sempre interferiram nesta pauta para que ela não tivesse uma aprovação debatida e discutida dentro do Legislativo."

A ideia inicial era que a proposta do Senado fosse apensada a outra, de autoria do Executivo, antes de ser votada. O projeto já tramitava na Câmara desde 2019 e foi integrado a um texto mais antigo, de 1989.

"Pela legislação o texto deve ser apensado ao mais antigo, vamos conversar amanhã para ver como ficará essa questão", disse o deputado Celso Maldaner (MDB-SC), relator do projeto que tramitava na Casa.

O parecer do relator escolhido por Lira, no entanto, foi feito em cima apenas do texto do Senado. "A ideia é que a autonomia seja votada, independentemente do texto ou da relatoria, mas temos que observar a legislação. Caberia questão de ordem, mas não quero travar a votação", afirmou.

Segundo o projeto, a prioridade do Banco Central será assegurar a estabilidade dos preços. A autoridade monetária terá como objetivos secundários perseguir o pleno emprego, zelar pela estabilidade do sistema financeiro e suavizar oscilações da atividade econômica.

O texto prevê que a autoridade monetária tenha mandatos fixos de quatro anos para o presidente e os diretores da instituição. Com isso, a demissão por iniciativa do presidente da República seria dificultada.

"O Banco Central, na minha avaliação, tem que ter uma política de estado, e não de governo", afirmou Costa Filho. "O Banco Central não pode ficar à mercê do governo de plantão."

Com as definições de mandatos, disse o relator, todo presidente eleito terá que conviver pelo menos dois anos com o presidente do Banco Central do governo anterior. "Isso dá previsibilidade e possibilidade de continuidade de uma política econômica de controle inflacionário, de taxa Selic."

Atualmente, além de não haver mandato, os dirigentes podem ser demitidos por iniciativa do presidente da República. O projeto de lei complementar prevê que dispensas ordenadas pelo chefe do Executivo precisam do aval do Senado. Nesses casos, a votação será secreta.

As demissões apenas podem ocorrer no caso de solicitação dos próprios dirigentes, por enfermidades, em casos de condenações transitadas em julgado ou proferida por órgão colegiado ou por comprovado e recorrente desempenho insuficiente.

O argumento é que esse procedimento tem como objetivo blindar a instituição de interferência políticas.

A indicação dos escolhidos a cada quatro anos será feita pelo presidente no segundo semestre do seu segundo ano de mandato.

Pela proposta, o presidente do BC e sua diretoria iniciarão seus mandatos no primeiro dia útil do terceiro ano do mandato do presidente. Para que possam assumir, os nomes precisam ter sido aprovados pelos senadores em votação secreta no plenário da Casa.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 08/02/2021	Caderno: Notícias



Segunda, 08 de Fevereiro de 2021 - 20:40

Após Petrobras oficializar venda da Landulpho Alves, petroleiros podem entrar em greve



Após a direção da Petrobras anunciar nessa segunda-feira (8), o processo de venda da Refinaria Landulpho Alves (Rlam) (**relembre aqui**), os petroleiros anunciaram que devem entrar em greve. A compra foi feita pela Mubadala Capital, que apresentou a melhor oferta e vai levar a primeira refinaria do Sistema Petrobras e segunda do país em capacidade de processamento pelo valor de US\$ 1,65 bilhão.

De acordo com a categoria, o anúncio foi recebido “com um misto de revolta e tristeza”. Em assembleia, eles já haviam decidido pela realização de uma greve, caso houvesse progresso nas negociações para a venda da Rlam. De acordo com a direção do Sindipetro Bahia, o movimento paredista está sendo organizado e pode acontecer a qualquer momento.

Junto com a Rlam estão sendo entregues 669 quilômetros de oleodutos, que ligam a refinaria ao Complexo Petroquímico de Camaçari e ao Terminal de Madre de Deus, que também está sendo vendido no pacote que inclui ainda outros três terminais da Bahia (Candeias, Jequié e Itabuna).

A assinatura do contrato de compra e venda ainda está sujeita à aprovação dos órgãos competentes, mas “as consequências da venda da Rlam já podem ser antecipadas e não serão boas para os consumidores e para o país”, afirma o coordenador do Sindipetro Bahia, Jairo Batista. “A venda vai impactar a economia baiana e dos municípios localizados no entorno da Rlam, além de diminuir os níveis de investimento, emprego e direitos dos trabalhadores”, acrescenta.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 08/02/2021	Caderno: Notícias



Segunda, 08 de Fevereiro de 2021 - 16:00

Petrobras anuncia novos reajustes para gasolina, diesel e gás de cozinha

por Nicola Pamplona | Folhapress



Em meio ao debate sobre reajustes dos combustíveis e independência da Petrobras para definir seus preços, a estatal anunciou nesta segunda (8) novos reajustes para gasolina, óleo diesel e gás de cozinha vendidos em suas refinarias.

A gasolina subirá, em média, 8,1% (ou R\$ 0,17) passando para R\$ 2,25 por litro. O diesel terá alta de 5,1% (R\$ 0,11), indo a R\$ 2,24 por litro. Já o GLP (gás liquefeito de petróleo) sobe 5,05% (R\$ 1,81 por botijão).

Todos os valores correspondem a preços médios nacionais --a Petrobras pratica preços diferentes por refinaria. Eles passam a vigorar a partir desta terça (9). Não consideram impostos nem os outros custos da cadeia de distribuição e revenda.

Será o terceiro reajuste da gasolina e o segundo do diesel em 2021. Nas bombas, os dois produtos acumulam alta de 5,5% e 3,5%, respectivamente, no ano. Na semana passada, a gasolina custava, em média, R\$ 4,769 por litro, enquanto o diesel saía a R\$ 3,762 por litro.

Os reajustes nas refinarias acompanham a recuperação das cotações internacionais do petróleo, impulsionada pelas expectativas de retomada da economia com o avanço da vacinação contra a Covid-19 pelo mundo.

"Os preços praticados pela Petrobras têm como referência os preços de paridade de importação e, dessa maneira, acompanham as variações do valor dos produtos no mercado internacional e da taxa de câmbio, para cima e para baixo", disse a empresa nesta segunda.

Críticas de caminhoneiros aos aumentos geraram uma tentativa de reação do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que reuniu na sexta (5) a área econômica do governo e o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, para anunciar propostas sobre o tema.

O esforço trouxe de volta dúvidas sobre a independência da Petrobras para definir seus preços,

reforçadas após revelação, na tarde daquele dia, que a estatal havia estendido em 2020 o prazo para avaliação da paridade entre os preços internos e as cotações internacionais do petróleo.

"A veiculação de ruídos, como tal, distancia a companhia do sucesso em sua trajetória e torna mais longínqua e improvável a diminuição do desconto pelo qual transaciona [suas ações] perante seus pares globais", escreveram analistas da Ativa Research, em relatório divulgado na sexta.

A Petrobras nega que a medida seja um sinal de interferência e diz que foi tomada em junho, período em que os preços do petróleo já se recuperavam do tobo recorde do início da pandemia.

"A simples modificação do período da aferição da aderência entre o preço realizado e o preço internacional, promovida há oito meses, não se constitui em rompimento com nosso inarredável compromisso com o alinhamento de nossos preços no Brasil aos preços internacionais e a consequente geração de valor para os acionistas", afirmou a empresa neste domingo (7).

Segundo concorrentes, a Petrobras vem segurando os preços internos nos últimos meses, o que indicaria intervenção do governo na política da estatal.

Para a Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), mesmo após os reajustes desta terça, a defasagem nos preços da gasolina e do diesel permanecerá. No primeiro caso, cairá para R\$ 0,17 por litro. No segundo, para R\$ 0,12.

Bolsonaro tenta dividir com os estados a responsabilidade por conter os preços e sugeriu, na sexta, mudar o modelo de cobrança do ICMS, pauta antiga das distribuidoras de combustíveis que enfrenta forte resistência dos governos estaduais e não traria impactos imediatos sobre os preços.

Em outra frente, o Ministério da Economia estudará como reduzir a alíquota de PS/Cofins sobre o óleo diesel.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 08/02/2021	Caderno: Notícias



Segunda, 08 de Fevereiro de 2021 - 15:20

BA paga 1ª parcela de R\$ 250 mi ao fundo garantidor da Ponte SSA-Itaparica neste mês

por **Jade Coelho**

A Bahia vai pagar R\$ 250 milhões ao fundo garantidor da Ponte Salvador-Itaparica neste mês. O valor é referente a primeira parte do total de R\$ 1,5 bilhão que será empregado pelo estado para construção do equipamento, explicou o governador Rui Costa (PT), em entrevista ao programa Bahia Notícias no Ar, da rádio Salvador FM 92,3, nesta segunda-feira (8).

O gestor esclareceu que o cronograma de depósito serve como garantia. "A ponte está tudo certo, contrato assinado, estamos depositando esse mês de fevereiro R\$ 250 milhões de reais que é nossa parte no fundo garantidor. Ao todo o investimento é de R\$ 7 bilhões", disse ao explicar que o pagamento é para dar segurança ao negócio.

A expectativa do governo da Bahia é de que até o fim deste ano haja "movimentação física" do início da obra.

O prazo de execução da obra é de quatro anos.

FERRY-BOAT

O governador Rui Costa adotou um posicionamento mais cauteloso ao falar do sistema ferry-boa. Ao contrário do vice-governador João Leão (PP), que afirmou que o equipamento seria mantido em funcionamento após a construção da ponte Salvador-Itaparica ([leia mais aqui](#)). "O ferry continua funcionando até a obra terminar. No fim da construção vamos avaliar", afirmou.

O governo do estado vai consideração como opção usar o ferry-boat com outra finalidade, ou estabelecer outro ponto de parada. "Enfim haveremos de estudar ao longo desses quatro anos as aplicações e destinos", completou.

POLÍTICA

Publicado em 08/02/2021 às 19h18.

Bolsonaro diz que negocia possível retorno do auxílio emergencial com ministros

Presidente do Senado também comentou o assunto e afirmou que vê uma “expectativa positiva” de um anúncio ainda esta semana.

Redação



Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou que está “negociando” uma possível retomada do pagamento do auxílio emergencial com ministros. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM) também comentou o assunto nesta segunda-feira (08) e afirmou à GloboNews que vê uma “expectativa positiva” de um anúncio ainda esta semana.

“Estamos negociando com [os ministros] Onyx Lorenzoni [Cidadania], Paulo Guedes [Economia], Rogério Marinho [Desenvolvimento Regional], entre outros, a questão de um auxílio ao nosso povo, que está ainda em uma situação bastante complicada”, pontuou Bolsonaro em cerimônia no Palácio do Planalto.

com os contratos, que devem ser respeitados. Nós não podemos quebrar nada disso. Caso contrário, não teremos como garantir que realmente o Brasil será diferente lá na frente”, completou.



MAIS NOTÍCIAS

POLÍTICA 07h18 de 09/02/2021



Morre senador José Maranhão aos 87 anos

Parlamentar foi vítima de complicações da Covid-19

POLÍTICA 07h02 de 09/02/2021

Republicanos indica ao Planalto nome de João Roma para assumir Ministério da Cidadania

Partido quer deputado federal no comando, mas ACM Neto tenta dissuadi-lo para não aceitar cargo no governo

SEFAZ PLANEJA CRIAR ESCRITÓRIO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS

OBJ

admin 9 Fevereiro, 2021

A Secretaria da Fazenda de Salvador (Sefaz) planeja a criação, até abril deste ano, do Escritório de Gerenciamento de Projetos Faz+Salvador. A proposta é ter um ambiente físico e digital, bem como metodologias, ferramentas e apoio especializado para o desenvolvimento do portfólio de projetos da Sefaz.

Este foi um dos temas abordados na primeira reunião de planejamento estratégico da pasta, realizado na semana passada e que contou, na abertura, com as presenças do prefeito Bruno Reis e da vice, Ana Paula Matos, além dos titulares da Sefaz, Giovanna Victor, e de Gestão (Semge), Thiago Dantas. Também foram discutidos, na ocasião, o entendimento e desafios da Sefaz para construção dos objetivos estratégicos; a construção de metas chaves a serem atingidas; e a construção do portfólio de iniciativas estratégicas.

A iniciativa teve o intuito de fortalecer as prioridades da gestão, como reduzir despesas, ampliar a arrecadação e promover maior transparência e um melhor relacionamento com os contribuintes – inclusive nas redes sociais – além de ouvir a equipe e traçar caminhos para os próximos anos.

“Nosso objetivo principal é definir as prioridades para modernizar sistemas e capacitar equipes para garantir ao cidadão soteropolitano que paga seus impostos a justiça e isonomia tributárias, além do melhor e mais transparente atendimento em todos os canais da Sefaz municipal”, garantiu Giovana.

Ela completou que planejar é fundamental para que sejam alcançados os melhores resultados para a população soteropolitana. “Estamos fortalecendo a confiança e a transparência junto ao contribuinte para continuarmos garantindo as condições para o desenvolvimento da cidade”, afirmou a secretária.

RUI COSTA DIZ QUE BOLSONARO FAZ BRASIL PERDER NEGÓCIOS



admin 9 Fevereiro, 2021

O governador da Bahia, Rui Costa, utilizou as redes sociais nesta terça-feira (09) para criticar o governo do presidente Jair Bolsonaro. Para Rui, o país tem oportunidades perdidas de atração de negócios por causa da condução equivocada do Governo Federal.

“A insegurança institucional e jurídica que acontece no #Brasil prejudica investimentos e afasta investidores. O país tem perdido oportunidades de atração de negócios graças a condução equivocada da gestão do Governo Federal. Aqui na #Bahia nós vamos na contramão destas atitudes”, escreveu no Twitter.

CARNAVAL 2021: CERCA DE R\$ 1,7 BI DEIXARÃO DE CIRCULAR EM SALVADOR, DIZ SEI



admin 9 Fevereiro, 2021

O cancelamento do carnaval de Salvador, devido à pandemia da Covid-19, vai evitar que 1,2 milhão de pessoas circulem nas ruas onde tradicionalmente acontecem os festejos, na capital baiana. A estimativa é da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria do Planejamento do Estado (Seplan). A SEI também estima que em torno de R\$ 1,7 bilhão, advindo dos gastos dos foliões, deixarão de circular em Salvador.

Cerca de 60 mil trabalhadores ficarão sem opção de desempenhar suas atividades e um montante de R\$ 90 milhões de rendimentos, fruto dos trabalhos realizados durante o período de Carnaval, deixará de ser gerado. O desinvestimento público deve ser de R\$ 133 milhões.

“O cancelamento do Carnaval foi uma decisão acertada e pautada na necessidade de preservar vidas humanas, uma vez que estamos enfrentando uma pandemia mundial de uma doença altamente contagiosa. Portanto, não pouparemos esforços para vencer esta guerra e o cancelamento do Carnaval vai ao encontro das diversas ações de combate ao Coronavírus que o Estado da Bahia vem adotando desde o início da pandemia”, destaca o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

Para estimar a provável participação dos foliões locais no Carnaval 2021 foi usada a média de moradores da capital que brincaram em eventos anteriores (17,7%). Essa proporção foi identificada em pesquisas realizadas pela SEI/DIEESE/Secult. Considerando-se a população estimada pelo IBGE para capital em 2020 (2,9 milhões de habitantes), a SEI supõe que em torno de 528 mil foliões residentes estariam na festa em 2021. Para aferir a participação dos turistas, caso houvesse o evento, a superintendência replicou o cálculo da Setur para o ano de 2020, quando se avaliou a presença de 636 mil turistas.

A SEI calculou que o cancelamento da festa impõe a não circulação de, pelo menos, R\$ 1,7 bilhão relativos ao gasto dos foliões. Para alcançar este número foram considerados os gastos médios dos foliões por categoria; residentes, turistas do interior, turistas de outros estados, e turistas de outros países.

“Realmente, o Carnaval é uma festa que traz um número expressivo de turistas para nosso estado, principalmente para Salvador, que faz a maior festa de rua do mundo”, ressalta o secretário de Turismo do Estado, Fausto Franco. No entanto, ele acrescenta que apesar do impacto causado pelo cancelamento da festa, a necessidade de salvar vidas humanas é imperiosa neste momento e lembra que mesmo não ocorrendo a folia momesca, a Bahia tem lugares paradisíacos para serem visitados a qualquer época do ano, que oferecem distanciamento social e turismo ao ar livre, junto à natureza, sem contar o rico patrimônio histórico cultural para ser visitado.

Os dados da pesquisa Suplemento do Carnaval de 2010, que adota a metodologia e a estrutura organizacional da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a qual investiga os indivíduos que responderam a condição de se trabalharam ou não no período da festa em Salvador, indicam que na condição afirmativa estiveram 93 mil ocupados, ou 6,18%, da força de trabalho municipal. A proporção daqueles que exerceram a atividade exclusivamente em função do Carnaval corresponde a 60%.

Buscando definir um paralelo, a SEI utilizou este percentual em relação ao mesmo recorte da população de Salvador para o ano de 2020, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do primeiro trimestre, quando se concluiu que 60 mil trabalhadores ficarão sem opção de desempenhar suas atividades com a não realização do Carnaval em 2021.

Atualizando o rendimento médio do trabalho identificado na PED e aplicando as estimativas citadas, identifica-se a não geração de um montante de R\$ 90 milhões de rendimentos com o trabalho. “Diferenciamos o que é trabalho realizado durante o carnaval e o que é trabalho que só existe em função do carnaval”, explicou o diretor de estatística da SEI, Armando de Castro.

Para efetivação do evento em 2020, a despesa dos poderes estadual e municipal foi de R\$ 133 milhões. O Governo do Estado disponibilizou R\$ 73 milhões distribuídos entre os municípios que fazem o carnaval. Salvador absorve a maior parte deste recurso. Este valor é desembolsado para realização de atividades setoriais (cultura, turismo, saúde, segurança pública, transporte, direitos humanos, etc.). Segundo a SEI, a Prefeitura Municipal de Salvador aportou R\$ 60 milhões, dos quais R\$ 20 milhões originários dos cofres públicos e o restante advindo de patrocínio.

Ainda de acordo com a superintendência, o verão sem festas públicas ou privadas deve impactar nos indicadores de diversos setores no primeiro trimestre de 2021. A redução de arrecadação de ICMS foi projetada em R\$ 47,3 milhões nos setores de bebidas, alimentação e alojamento. Também acarretará na queda de 18,2% na taxa de ocupação dos hotéis em Salvador, no período, e redução de 7 mil postos de trabalho diretos, além da queda em torno de 25% da receita nominal do conjunto de atividades características do turismo.

ECONOMIA PERDE PARTICIPAÇÃO NO PIB DO NE, AFIRMA ECONOMISTA

OBJ:

admin 9 Fevereiro, 2021

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) divulgou, na última semana, indicadores da economia do estado no ano de 2020, o Info Bahia 2020. De acordo com os dados, a Bahia é a maior economia da região e representa 28,5% da economia do Nordeste, com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 286,2 bi. Apesar do cenário aparentemente auspicioso, o economista César Almeida afirma que, se considerada uma linha histórica, a economia da Bahia tem perdido, paulatinamente, participação no PIB da região e pujança, embora permaneça ainda como a maior entre os estados nordestinos.

“A economia da Bahia é ainda, sim, a com maior participação no PIB do Nordeste, com 28,5% da economia nordestina. Acontece é que, se observarmos o que aconteceu nos últimos anos, se pegarmos uma série histórica desde 1995, em que o PIB baiano representava quase 40% do PIB do Nordeste, essa série histórica mostra que estamos perdendo participação ao longo dos anos. Em 2015, por exemplo, tínhamos 28,9% de participação e em 2020, 28,5%”, explicou o economista.

Segundo Almeida, a saída da montadora Ford do complexo industrial de Camaçari impactará negativamente na economia baiana, e os resultados só serão percebidos futuramente, algo que os dados da SEI, de acordo com ele, não compreendem ainda. “O fechamento da fábrica da Ford vai impactar toda cadeia automobilística do estado. O PIB de Camaçari representa 17,5%, de acordo com a SEI, do PIB industrial da Bahia, e isto tem a ver com o setor automotivo. Mesmo que a gente tenha uma nova montadora, adquirindo esse parque industrial[o de Camaçari], fazendo investimentos para retomar a produção de veículos no estado, esse processo leva tempo e o PIB de 2021 será impactado negativamente pelo fechamento.”, afirmou.

Pontos críticos

O economista César Almeida elencou pontos que, segundo ele, são centrais para perceber que os números divulgados pela SEI são frágeis quando não comparados a outros indicadores. Desde a oferta de emprego a investimento na formação de profissionais qualificados, Almeida não acredita em boas perspectivas para a economia do estado para esse ano. “A gente tem a maior taxa de desemprego do Brasil [19,9%, segundo dados do último a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)]. Fechamos o último trimestre de 2020 com a maior taxa de desocupação nacional, e que já era um número alto antes da pandemia. São 6 milhões e 100 mil pessoas que não têm e nem procuram emprego.”.

Os indicadores da educação, segundo Almeida, é outro fator que prejudica o avanço econômico no estado, além de incentivos no campo econômico e de inovação. “Temos um índice de educação muito ruim, um dos piores indicadores de educação do país, e isso impacta diretamente na economia. Temos um ambiente regulatório que não é propício, que não fomenta o empreendedorismo. Ausência de infraestrutura que permita que as cadeias produtivas sejam organizadas e escoadas. Falta de recursos humanos, de mão de obra qualificada, e a gente não tem um ambiente propício à inovação”, destacou.

Perda de relevância

Cezar Almeida apresentou o ranking brasileiro de cidades empreendedoras que, segundo ele, mostra a carência de investimentos nesta área no estado. Há quatro cidades baianas no ranking, Camaçari, Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista. “De 100 cidades empreendedoras, que fomentam o empreendedorismo, que oferecem oportunidade para os negócios, a gente só tem 4 baianas de 100 no em todo país. Camaçari é a primeira, na 74º posição, Salvador é a segunda, na 81º posição. É assustador. Como vamos desenvolver a economia sem desenvolver os negócios?”, criticou Almeida.

Para o economista, a pandemia agravou ainda mais setores chave da economia da Bahia, como turismo e o próprio carnaval, que foi adiado por conta das medidas de segurança contra o novo coronavírus. “As perspectivas para 2021 não são nada animadoras, muito pelo contrário, são muito difíceis”, disse. “Em resumo, 2021 o PIB da Bahia sentirá muito com a falta do Carnaval, o impacto no Turismo e impacto da queda da produção da indústria automobilística”, finalizou.



admin 8 Fevereiro, 2021

No próximo mês de março, uma nova empresa vai iniciar as obras de implantação da unidade em Camaçari. A Orbi Química deve avançar na transferência do terreno e obter da prefeitura a autorização para início das intervenções. A confirmação do começo das obras, que devem durar de seis a oito meses, foi dada pelo diretor geral, Rogério Fiorotto.

“A nossa ideia é começar já em março usando parte da nossa mão de obra e contratação local. Toda a compra de insumos para a obra vai ocorrer em Camaçari. Já avançamos na transferência do terreno e nessa parte mais burocrática”, conta Fiorotto, ao ressaltar que, em funcionamento pleno, a Orbi de Camaçari irá gerar 120 empregos.

De acordo com ele, a fábrica vai poder iniciar a operação antes mesmo do fim das obras. “Nós já temos um primeiro barracão pronto e equipamentos que estão no porto. Não precisamos terminar a fábrica para começar a produção. Com dois barracões já podemos operar”, afirma.

Além da economia de Camaçari e da Bahia, a Orbi vai beneficiar também outras regiões.

“Nossa ideia é que 68% da nossa produção saia de Camaçari, que vai atender Norte, Nordeste e Centro-Oeste, dada sua localização geográfica privilegiada. A gente fomenta também fornecedores do Nordeste. Vamos ter materiais vindos do Recife (PE), além de fornecedores locais que estão ou não dentro do Polo Petroquímico”, diz.

“Temos o compromisso de um fabricante de embalagens que também deve se instalar em Camaçari para nos abastecer, podendo gerar mais empregos ainda para o município”, complementa Fiorotto.

O secretário de Administração de Camaçari, Helder Almeida, que coordenou as negociações com a empresa, ressaltou que o acordo foi possível graças à mobilização da prefeitura para viabilizar a chegada da empresa. “Nós trabalhamos com a empresa para buscar as melhores condições para sua implantação em Camaçari. Serão gerados 120 empregos diretos, mas teremos os indiretos e o próprio benefício para o setores do comércio e serviços”, ressaltou.

O prefeito de Camaçari, Elinaldo Araújo (Democratas), comemorou o anúncio de início das obras e o potencial de geração de empregos. “Fico feliz com o resultado deste processo, pois nós trabalhamos em parceria com a empresa para facilitar sua vinda para Camaçari”, afirmou Elinaldo, que participou de reuniões com dirigentes da empresa no ano passado para negociar a chegada da Orbi no município.

Elinaldo afirmou ainda que vai encaminhar para a Câmara Municipal um projeto de lei estabelecendo incentivos fiscais e materiais para atrair novos investimentos. “Entre os quais está a simplificação de todo o processo de licenciamento. Já lançamos, no ano passado, um amplo programa de atração de investimentos e vamos seguir atuando em parceria com quem quiser investir e gerar empregos em Camaçari”, disse.

Fundada em 2006, com uma sede de 14 mil m² no município de Leme, em São Paulo, a Orbi Química é uma empresa nacional, tendo como principal produto o desengripante White Lub Super, reconhecido pelo seu apelo ecológico, por usar em sua base produtos de origem vegetal. Atualmente, a empresa produz 125 produtos, gerando mais de 170 empregos diretos e mais de cem indiretos, divididos entre a sede em Leme (SP) e os centros de armazenamento e distribuição em Guarulhos (SP) e Blumenau (SC).

Para sanar as preocupações a respeito do impacto ambiental da instalação, a empresa apresentou, o certificado técnico de regularidade com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), além de licença de operação pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), a autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária de São Paulo (SEVISA).

Em 2015, a Orbi Química recebeu a certificação ISO 9000, garantindo formas de processos seguros de produção, armazenamento, entrega da cadeia de matéria prima e produtos acabados. No mesmo ano, a empresa ganhou o Selo Verde Internacional do Instituto Chico Mendes, como empresa socioambiental responsável.

APROVADOS NO CONCURSO DA PM SERÃO ADMITIDOS', AFIRMA RUI

OBJ

admin 8 Fevereiro, 2021

Os dois mil aprovados no concurso da Polícia Militar da Bahia (PM-BA) serão chamados para iniciar o treinamento assim que os índices da pandemia da Covid-19 permitirem, garantiu o governador do estado, Rui Costa, nesta segunda-feira (8).

“Serão chamados, treinados e admitidos. O mais difícil foi estudar, passar no concurso, já está com a vaga reservada, precisamos treinar, mas não tem como agora porque precisa muito contato”, afirmou o chefe do Executivo estadual durante entrevista a um programa de rádio.

O gestor estadual explicou que não tem como preparar policiais para a atuação nas ruas com ensino na modalidade a distância. E já que o treinamento presencial se baseia em contato físico, é visto com cautela e por isso não foi iniciado ainda.

“Precisamos botar todo mundo junto, tem contato pessoal, treinar defesa pessoal, pegar na arma, uma série de treinamentos, isso não dá pra fazer a distância, não dá pra minimizar treinamento”, justificou Rui. “Não posso colocar PM a rua sem treinamento. Se as vezes surgem problema com policia treinados, imagina sem treinamento?”, completou o petista.

FUNDO GARANTIDOR DA PONTE SSA-ITA RECEBE 1ª PARCELA ESTE MÊS

OBJ

admin 8 Fevereiro, 2021

A Bahia vai pagar já neste mês o valor de R\$ 250 milhões ao fundo garantidor da Ponte Salvador-Itaparica. O recurso é referente a primeira parcela de R\$ 1,5 bilhão que será empregado pelo estado para construção do equipamento, afirmou o governador do estado, Rui Costa (PT), nesta segunda-feira (8) em entrevista a rádio Salvador FM 92,3.

“A ponte está tudo certo, contrato assinado, estamos depositando esse mês de fevereiro R\$ 250 milhões de reais que é nossa parte no fundo garantidor. Ao todo o investimento é de R\$ 7 bilhões”, disse. O governo da Bahia espera que até o fim do ano ocorra “movimentação física” para iniciar a obra, que tem o prazo de execução de quatro anos.

Veículo: Estadão	
Data: 09/02/2021	



Congresso quer auxílio emergencial fora do teto e sem corte de despesas

Presidentes da Câmara e do Senado falam em solução excepcional e temporária para retomar o pagamento, diante do risco de novo impacto na economia; Guedes tem condicionado benefício à aprovação de medidas para reduzir outros gastos

Daniel Weterman e Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

09 de fevereiro de 2021 | 05h00

BRASÍLIA - O comando do [Congresso](#) sinalizou ontem que quer uma via expressa para a retomada do [auxílio emergencial](#). Os gastos com o benefício devem ficar de fora do limite do teto de gastos, a regra que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à [inflação](#). Além disso, ao contrário do que defende o ministro da [Economia](#), [Paulo Guedes](#), a nova rodada do auxílio não deve prever contrapartidas, como a aprovação de medidas de controle de gastos.

Enquanto o presidente da [Câmara](#), [Arthur Lira \(PP-AL\)](#), acenou com a possibilidade de o [Congresso](#) [abrir uma “excepcionalização temporária” do Orçamento](#) para garantir o pagamento de novas parcelas do auxílio, o presidente do [Senado](#), [Rodrigo Pacheco \(DEM-MG\)](#), foi além. [Disse que não é possível condicionar a concessão do benefício a medidas de ajuste fiscal](#), com o argumento de que a emergência e a urgência da situação não podem esperar. Em entrevista à *GloboNews*, Pacheco disse que o cenário pode ser diferente em três ou quatro meses, com o aumento da imunização, mas agora ele é urgente.



Pacheco e Lira não deram detalhes de como se daria uma brecha orçamentária para pagar o auxílio emergencial. Foto: Dida Sampaio/Estadão

“Só temos duas saídas: ou votamos rapidamente o [Orçamento](#) ou o governo federal vai procurar alguma forma de o Congresso excepcionalizar temporariamente (o pagamento), até que tenhamos Orçamento para votar um projeto de novo de inclusão mais acessível para a população e que traga as pessoas que estão numa situação muito difícil”, disse Lira em entrevista em [Alagoas](#).

Na prática, as falas dos presidentes da Câmara e do Senado sinalizam que o governo e o Congresso negociam uma forma de incluir as despesas da nova rodada do auxílio no que os economistas chamam de “extrateto de gastos”. Ou seja, fora da contabilização do limite do teto.

Essa “excepcionalização” poderia ser feita por meio da edição de um crédito extraordinário do Orçamento. Esse tipo de crédito só o governo pode editar. A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública. Há dúvidas, porém, se os gastos com o agravamento da covid-19, como os de agora, podem ser incluídos na categoria de imprevisíveis.

Outra possibilidade é abrir uma exceção na emenda do teto de gastos, como foi feito na distribuição dos recursos obtidos no leilão da exploração do pré-sal para Estados e municípios. Nesse caso, o caminho de tramitação exige uma mudança na Constituição.

Se adotada a via expressa, o novo auxílio poderá ser concedido antes da aprovação do Orçamento, que deve prever um novo programa social. Uma definição sobre o socorro financeiro do governo aos mais vulneráveis se arrasta há meses mesmo diante da piora da pandemia.

Meta fiscal

Lira e Pacheco não deram detalhes de como essa brecha orçamentária se daria, mas as discussões avançam na área técnica do [Ministério da Economia](#) depois que Guedes aceitou a nova rodada de auxílio com valor em torno de R\$ 200 e por mais três meses, segundo apurou o **Estadão**. Bolsonaro, que publicamente negava a necessidade do auxílio, ontem disse que a discussão para uma nova rodada do benefício é para “ontem” (mais informações nesta página).

O impasse está no teto de gastos, mas a necessidade de cumprimento da meta fiscal de 2021 é outro obstáculo a ser superado para a concessão do auxílio. Mesmo que as despesas para o seu pagamento fiquem de fora do limite do teto de gasto – o cenário hoje mais provável devido à urgência da pandemia – o governo teria de compensar o gasto extra por meio de aumento da arrecadação ou mudar a meta fiscal, que prevê um rombo de R\$ 247,1 bilhões.

Pela legislação brasileira, a despesa entra no cálculo do resultado primário (as receitas com a arrecadação de impostos menos as despesas, antes do pagamento de juros). Em 2020, com o chamado orçamento de guerra, as regras fiscais foram suspensas e o governo não precisou cumprir a meta fiscal e pode ampliar os gastos.

A edição de um crédito extraordinário é considerada a saída mais pragmática, mas tem ainda pontos de dúvidas em relação à exigência de imprevisibilidade para esse tipo de crédito ser aberto pelo governo. A dúvida a ser esclarecida é: a prorrogação do auxílio era ou não previsível?

Guedes tem defendido atrelar o auxílio a medidas de corte de despesas e também à aprovação de uma cláusula de calamidade que permitiria que as regras fiscais fossem suspensas enquanto ela estiver em vigor.

Para o **coordenador do Observatório Fiscal da Fundação Getúlio Vargas**, **Manoel Pires**, é possível fazer o auxílio por crédito extraordinário. “Algumas pessoas entendem o mecanismo de forma mais restritiva, mas deve prevalecer o entendimento mais flexível. A questão da **LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal)** é que o programa tem de obedecer à meta fiscal. A compensação se daria por acréscimo de receita ou corte de despesa.”

Veículo: Estadão	
Data: 09/02/2021	



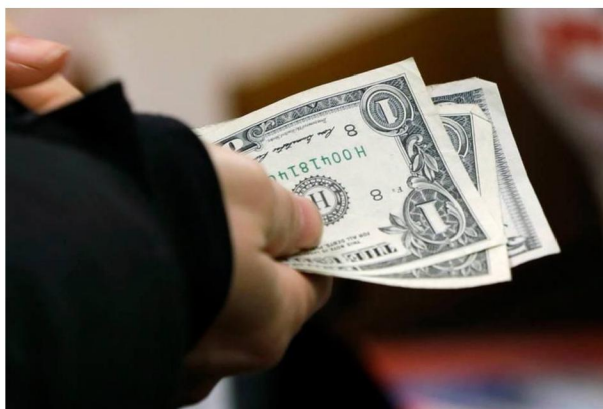
Dólar abre de maneira estável, cotado próximo de R\$ 5,40

Moeda americana acumula valorização de cerca de 25% nos últimos 12 meses

Redação, O Estado de S.Paulo

09 de fevereiro de 2021 | 09h23

O **dólar** iniciou as negociações desta terça-feira, 9, em estabilidade, com variação entre 0,2% e (-0,2%), cotado perto de R\$ 5,40, com a máxima do dia em R\$ 5,38.



Dólar Foto: Reuters

A moeda dos **Estados Unidos** acumula valorização de cerca de 25% nos últimos 12 meses. Entre janeiro e fevereiro de 2020, a cotação girava em torno de R\$ 4 e R\$ 4,50. Em março, com o avanço da pandemia do **novo coronavírus**, causador da **covid-19**, a divisa estrangeira ultrapassou o patamar de R\$ 5, que vem sendo mantido desde 12 de junho. O recorde nominal, quando não se desconta a inflação, é de 14 de maio de 2020: R\$ 5,9718.

Nas casas de câmbio, de acordo com levantamento realizado pelo **Estadão/Broadcast**, o dólar turismo é negociado perto de R\$ 5,60.

Veículo: Estadão	
Data: 09/02/2021	



Inflação desacelera para 0,25% em janeiro com queda na conta de luz

Resultado foi puxado pela mudança na bandeira tarifária na energia elétrica, segundo o IBGE; alimentos continuam a pesar no IPCA, mas com menos força

O Estado de S.Paulo

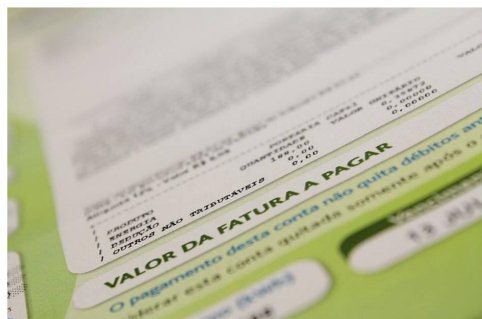
09 de fevereiro de 2021 | 09h14

Após alta de 1,35% em dezembro, a **inflação** desacelerou em janeiro, ficando em 0,25%, o menor índice desde agosto de 2020 (0,24%). Os dados são do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, divulgado nesta terça-feira, 9, pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Em 12 meses, o indicador acumula alta de 4,56%.

O resultado ficou perto do piso das expectativas dos analistas ouvidos pelo **Projeções Broadcast**, que estimavam uma inflação entre 0,24% e 0,54% em janeiro, com projeção média de 0,30%.

Alimentos e bebidas continuam a puxar os preços para cima, mas com menos força. Além disso, a mudança de bandeira nas contas de energia elétrica e as quedas nos preços de passagens aéreas ajudaram a segurar a inflação em janeiro.

“Houve uma queda de 5,60% no item energia elétrica, que foi, individualmente, o maior impacto negativo no índice do mês. Após a vigência da bandeira tarifária vermelha patamar 2 em dezembro, passou a vigorar em janeiro a bandeira amarela. Assim, em vez do acréscimo de R\$ 6,243 a cada 100 quilowatts-hora, o consumidor passou a pagar um adicional bem menor, de R\$ 1,343. O que resultou em uma deflação (-1,07%) no grupo habitação, do qual esse item faz parte, mesmo com a alta em outros componentes, como o gás encanado (0,22%) e a taxa de água e esgoto (0,19%)”, explica o gerente da pesquisa, Pedro Kislánov.



Contas de luz seguirão com a cobrança de taxa adicional de R\$ 1,343 para cada 100 quilowatts-hora consumidos (kWh). Foto: Marcos Santos/USP Imagens

Outro grupo que registrou deflação em janeiro foi o de vestuário (-0,07%), após alta de 0,59% em dezembro, quando as vendas do setor se aquecem para as festas de fim de ano.

Os demais sete grupos, no entanto, registraram elevação de preços, com destaque para alimentação e bebidas (1,02%), que apresentou a maior variação e o maior impacto positivo (0,22 ponto percentual) no índice do mês. Mas a alta foi menos intensa que a de dezembro (1,74%).

“Os alimentos para consumo no domicílio, que haviam subido 2,12% no mês anterior, variaram 1,06% em janeiro. As frutas subiram menos (2,67% contra 6,73% em dezembro) e as carnes caíram de preço (-0,08% contra alta anterior de 3,58%), assim como o leite longa vida (-1,35%) e o óleo de soja (-1,08%). Por outro lado, os preços da cebola (17,58%) e do tomate (4,89%), que haviam recuado no mês anterior, aumentaram”, destaca Kislanov.

A alimentação fora do domicílio seguiu movimento inverso, passando de 0,77% em dezembro para 0,91% em janeiro, particularmente por conta da alta do lanche (1,83%).

O custo dos transportes (0,41%), grupo com o segundo maior peso no IPCA, também desacelerou em relação ao mês anterior (1,36%), principalmente devido à queda no preço das passagens aéreas (-19,93%), cujos preços haviam subido 28,05% em dezembro. No entanto, os combustíveis (2,13%) apresentaram variação superior à do mês passado (1,56%), com destaque para a gasolina (2,17%) e o óleo diesel (2,60%).

Os planos de saúde (0,66%), que estavam com reajuste suspenso em 2020, terão em 2021 aumentos retroativos, o que tem impacto no grupo saúde e cuidados pessoais (0,32%). Em janeiro, foi incorporada a primeira parcela da fração mensal do reajuste.

Opinião do GLOBO

É desastrosa a intervenção nos combustíveis

Para agradar os caminhoneiros, Bolsonaro, como fez Dilma, quer impor controle demagógico nos preços

É péssimo uso das prerrogativas presidenciais a iniciativa do presidente Jair Bolsonaro de interferir na política de preços dos combustíveis para ajudar os caminhoneiros, uma de suas bases eleitorais. O Brasil passou por manobra semelhante com o congelamento de preços do governo Dilma Rousseff, tentativa vã de conter a inflação — e a Petrobras se tornou a empresa mais endividada do mundo no setor. Com o reajuste de ontem, resultado da flutuação natural de mercado, a gasolina já encareceu 22% este ano, e o óleo diesel, 11%. Seguem de forma inexorável a cotação do petróleo, que reage depois de haver desabado na pandemia.

Já é sintomático que a Petrobras tenha anunciado ter alterado de trimestral para anual o prazo limite nas revisões de preços. Pois agora Bolsonaro pretende enviar um projeto de lei complementar ao Congresso mudando o ICMS que incide sobre o diesel e todos os combustíveis. É uma ideia tão estapafúrdia que atrai oposição dos governadores e poderá tumultuar o Parlamento, prejudicando a tramitação de

pautas urgentes como o Orçamento de 2021 e as reformas, em especial a tributária, que deveria tratar do tema em definitivo, não de forma pontual e demagógica.

Se quisesse agir de modo menos estabulado, o governo teria a alternativa de reduzir a alíquota do PIS-Cofins para o diesel. Foi o que fez Michel Temer em 2018 para, com outras concessões, pôr fim à greve de caminhoneiros apoiada pelo então deputado e candidato a presidente Jair Bolsonaro. Mesmo que fizesse isso, a Lei de Responsabilidade Fiscal exigiria que o corte de receita tributária fosse compensado. Cada centavo cortado dos R\$ 0,3515 que o imposto representa no litro de diesel reduz em meio bilhão de reais a arrecadação, elevando ainda mais o déficit público.

Ninguém que acompanha o setor de perto acredita que a ideia tem chance de vingar. Governadores e assembleias legislativas, às quais caberá fixar as alíquotas do ICMS, não aceitarão perda de receita. Se o imposto passasse a ter um valor fixo, outra hipótese bolsonarista, quando o preço subisse na bomba em virtude de repasses de aumentos nos custos (câmbio, cotação do petróleo), os estados também reivindicariam receitas maiores.

Outro efeito nefasto da intervenção de Bolsonaro é afastar qualquer interessado em comprar as oito refinarias que a Petrobras deseja vender. Sem garantia de que os preços internos de combustíveis refletirão o custo real, a estatal terá de esquecer seu projeto de venda de ativos para se capitalizar.

A demanda do diesel é alta no Brasil em virtude do aumento artificial da frota brasileira de transporte rodoviário, como resultado das políticas de incentivo à compra de caminhões adotadas no governo Dilma, com financiamento subsidiado do BNDES. A proliferação de caminhões gerou superoferta de transporte, e Temer foi pressionado a tabelar o frete. Sem êxito, como em qualquer tabelamento.

Toda intervenção no mercado acaba por gerar distorções. Quando os preços refletem as condições de mercado, os sinais corretos são transmitidos aos investidores. Quando agrados são distribuídos a categorias politicamente protegidas, quem paga o custo final é o consumidor, para quem tudo acaba saindo mais caro. Não é coincidência que o Brasil dependa tanto do transporte rodoviário e tenha criado ao longo dos anos tão poucas alternativas na forma de ferrovias ou hidrovias.

Economia



CLUBHOUSE

Saiba como é a nova rede social de conversas por voz

Adesão por convite. Buscas crescem 4.850% em uma semana globo.com/319gpha



Na pressão, a gasolina teve sua terceira alta no ano, e o diesel, a segunda, mas preços ainda têm uma defasagem média de 10% em relação ao mercado internacional, diz especialista

NOVO REAJUSTE

Para analistas, Petrobras quer acalmar mercado sobre sua política

BIENNO ROSA
brn@o.globo.com.br

A Petrobras anunciou ontem reajuste no preço dos combustíveis —o terceiro do ano, no caso da gasolina, e o segundo para o diesel, que já acumulam alta de 22% e 10,8% em 2021, respectivamente. Segundo analistas e fontes que não quiseram se identificar, o reajuste foi uma tentativa de tranquilizar o mercado financeiro, que se surpreendeu com o detalhamento da política de preços da estatal na sexta-feira à noite, mesmo dia em que o presidente Jair Bolsonaro convocou o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, para ir a Brasília. Na ocasião, Bolsonaro afirmou que não iria intervir na Petrobras e sugeriu mudanças no ICMS incidente sobre o combustível, em meio à pressão dos caminhoneiros.

Na sexta-feira, a estatal deu, pela primeira vez, detalhes da sua política de preços, após a agência Reuters revelar as informações. A Petrobras informou que, no ano passado, decidiu passar de trimestral para um período de 12 meses o período para alinhar os valores da gasolina e do diesel vendidos no Brasil com os do exterior. Na época, porém, essa mudança não foi tornada pública. Ou seja, o mercado não tinha conhecimento sobre essa prática da companhia. No domingo, a estatal disse ainda que essa periodicidade de alinhamento anual foi "confirmada em janeiro deste ano", em reunião do Conselho de Administração. Para dois especialistas, que pediram para não ser identificados, faltou transparência à estatal, o que pressionou seus papéis no mercado acionário. Segun-

do essas fontes, o fim de semana foi de pressão para que a estatal desse sinais ao mercado de uma independência política. **AÇÕES EM QUEDA** Os reajustes anunciados, no entanto, ficaram aquém do esperado pelo mercado. Por isso, as ações da empresa chegaram a cair 5% ontem na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo. No fim do pregão, o papel ordinário (ON, com direito a voto) encerrou em queda de 4,14%, a R\$ 28,45, e o preferencial (PN, sem voto) recuou 3,14%, a R\$ 28,11. A queda das ações da Petrobras aconteceu no mesmo dia em que o preço do barril do petróleo tipo Brent, referência no mercado internacional, ultrapassou os US\$ 60 pela primeira vez em mais de um ano. A commodity avançou 2,1%, a US\$ 60,60, com as perspectivas de aprovação

do pacote fiscal nos EUA. Para Pedro Galdi, da Mirae Asset, a desvalorização das ações foi provocada pelo comunicado da Petrobras na sexta-feira à noite: —O comunicado de mudança no prazo de reajuste de preços atraiu movimento de venda, o que fez as ações cairam. Na minha visão, a queda foi exagerada, já que a própria empresa anunciou aumento de preços. "Os investidores tiveram que ajustar expectativas para a notícia e esclarecimentos oferecidos pela Petrobras sobre política de preços, e a necessidade de o governo achar uma solução para aliviar a pressão dos caminhoneiros", afirmou em relatório o economista-chefe do banco Modalmis, Álvaro Bandeira, sobre a queda nas ações da estatal ontem. A partir de hoje, o valor médio da gasolina para as distri-

buidoras sobe 8,1%, passando de R\$ 2,08 para R\$ 2,25. No caso do diesel, a alta é de 6,1%, para R\$ 2,24. A estatal também divulgou novos preços para o GLP, o gás de botijão, com elevação de 5%, para R\$ 2,91 por quilo. Para a Abicom, associação que reúne as empresas importadoras, apesar do reajuste, a defasagem continua elevada, o que prejudica a concorrência com as empresas privadas. Isso já motivou queixas na Agência Nacional do Petróleo (ANP) e no Cade, órgão que regula a concorrência no país. Um analista estima que o reajuste de ontem não compensa todas as perdas da Petrobras e que a defasagem em todos os combustíveis é, em média, de 10%. No domingo, a Petrobras informou que, apesar de "ser praticamente a única produtora de combustíveis

de petróleo no país, com 98% da capacidade de refino, enfrenta competição de importadores que têm participado com 20% a 30% do mercado doméstico, dependendo do produto". Guilherme Sousa, economista da Ativa Investimentos, vê espaço potencial de novo aumento a curto prazo nos combustíveis: —No fim de janeiro (o reajuste anterior) existia espaço para elevação de até 12%, que poderia ser feita de forma fracionada e ocorreu exatamente como prevíamos. Reforçamos que a Petrobras pode não aumentar imediatamente os 5% que ainda faltam, mas, de acordo com o nosso modelo, ainda há potencial para isso no curto prazo. O Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), ligado à Federação Única dos Petroleiros (FUP), avalia que a falta de medidas efetivas do governo e o reajuste feito pela Petrobras mostram que ainda não há clareza sobre como os preços dos combustíveis são formados. Para um analista, o "reajuste tímido" da Petrobras ontem teria conseguido neutralizar as pressões do governo Bolsonaro, que temia que um reajuste maior gerasse insatisfação entre os caminhoneiros ou afetasse os índices de inflação. **VENDA DE REFINARIAS** Outro analista destacou que a preocupação da Petrobras, que trocou recentemente o comando da diretoria de Abastecimento, é que esse "ruído" na formação de preços possa atrapalhar a venda de refinarias. Ontem, a estatal, após alguns atrasos, anunciou que vendeu a Refinaria Landulpho Alves (Rlam) e seus ativos logísticos, na Bahia, para o fundo soberano de Abu Dhabi, e a Mubadala Capital, por US\$ 1,65 bilhão. Mas, por outro lado, suspendeu a venda da refinaria no Paraná, a Presidente Getúlio Vargas (Repar), já que os preços ficaram abaixo da expectativa. Segundo fontes do setor, a estatal vem encontrando dificuldades para se desfazer das unidades devido ao baixo preço do petróleo no mercado internacional. Ao informar os reajustes ontem, a Petrobras explicou que tem como referência os preços de paridade de importação e, dessa maneira, acompanha as variações do valor dos produtos no mercado internacional e da taxa de câmbio, para cima e para baixo.

Bolsonaro sobre auxílio: 'Acho que vai ter prorrogação'

Diante da pressão do Congresso, presidente fala em linha de corte para pagar benefício a menos trabalhadores. Presidente do Senado diz que nova rodada deve ser definida esta semana e defende repasses sem depender de ajuste fiscal

DANIEL GULLINO, JULIA LINHNER, GERALDA DOCA, BRUNO GÓES E MANUEL VENTURA
correu a página em 10
BRASIL

Diante da pressão do Congresso, o presidente Jair Bolsonaro disse ontem que "acha" que haverá uma prorrogação do auxílio emergencial, mas não deu detalhes sobre o valor ou a duração da nova fase do programa. Em declarações anteriores, Bolsonaro havia negado a possibilidade de estender o benefício. Nos bastidores, integrantes da equipe econômica afirmam que está sobre a mesa um plano para pagar mais três parcelas de R\$ 200 para parte dos beneficiários do auxílio original.

O comentário de Bolsonaro sobre o auxílio ocorreu durante entrevista à TV Band. Perguntado se haveria prorrogação do programa, ele respondeu:

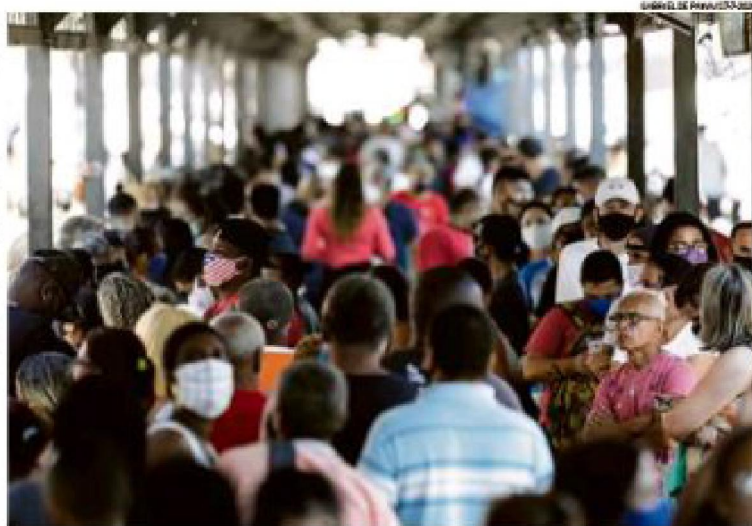
— Eu acho que vai ter. Vai ter uma prorrogação. Foram cinco meses de R\$ 600 e quatro meses de R\$ 300. O endividamento chegou na casa dos R\$ 300 bilhões. Isso tem um custo. O ideal é a economia voltar ao normal.

O presidente afirmou que está em estudo uma "linha de corte", indicando que menos pessoas serão atendidas. A proposta é semelhante à sinalizada na semana passada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que sugeriu que apenas metade das pessoas atendidas pelo programa em 2020 receba os novos repasses, o que abrangeria 32 milhões de trabalhadores.

— Agora, tem a pressão? Tem. O que está sendo estudado: uma linha de corte. Foram 68 milhões de pessoas que receberam o auxílio emergencial — disse, acrescentando depois: — Até quando agente pode bancar isso daí?

PRESSÃO NO CONGRESSO

A fala de Bolsonaro ocorre no momento em que aumenta a pressão no Congresso pela extensão do benefício, e é uma mudança de tom em relação a declarações anteriores. No fim de janeiro, o presidente afirmou que a prorrogação do auxílio iria "quebrar o Brasil". Na mesma semana, ele disse que o benefício "não é aposentadoria" e destacou que a capacidade de



Ajuda na pandemia. Fila para receber o auxílio emergencial do governo federal: 68 milhões de pessoas foram beneficiadas

endividamento do governo estava no limite.

A defesa da renovação da ajuda governamental cresceu nos últimos dias no Congresso. Mais cedo, também nesta segunda, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse que uma solução para a nova rodada de repasses deve ser definida ainda nesta semana. Pacheco

defendeu que o pagamento não seja condicionado à aprovação de medidas de ajuste fiscal. A equipe econômica quer que o benefício só seja prorrogado caso ocorra a aprovação de uma cláusula de calamidade pública, voltada ao controle de despesas.

— Eu estou com muita expectativa, positiva mesmo, de que agente tenha uma solução

d'isso nesta semana — disse Pacheco, em entrevista à GloboNews. — O que não podemos é condicionar a realização disso, a entrada em vigor de medidas desse tipo, porque a urgência dessa assistência social não pode esperar.

Ontem, após reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), Guedes foi perguntado sobre a prorrogação do auxílio, mas não deu detalhe sobre as negociações. Sobre se o valor seria de R\$ 200 ou R\$ 300, ele respondeu:

— Não sou (eu quem decido). Isso é todo mundo junto. Isso é uma coisa mais difícil. Nós estamos conversando, tem que ter o compromisso com a responsabilidade fiscal.

AMPLIAÇÃO DO BOLSA FAMILIA

Em entrevista ao GLOBO, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), defendeu a reformulação e ampliação do Bolsa Família, proposta defendida pelo Ministério da Cidadania, como alternativa ao auxílio emergencial. Segundo Barros, é preciso ampliar os recursos do Bolsa durante a aprovação da proposta de Orçamento para zerar a fila do programa e incluir cinco milhões de famílias.

— Está na hora de executar o plano do ministro Onyx (Lorenzoni, ministro da Cidadania), de exigir não só frequência escolar como desempenho dos alunos, além de um curso profissionalizante — disse o parlamentar.

BC pode não ter recursos para pagar salários em março

Motivo é que o Orçamento de 2021 ainda não foi aprovado. Forças Armadas, Ministério da Mulher e IBGE estão na mesma situação

MANUEL VENTURA
para o [Globo](#) e [Folha de São Paulo](#)

O Banco Central já não tem recursos para pagar o salário dos servidores em março, caso o Orçamento de 2021 não seja aprovado até lá, de acordo com análises feitas por integrantes do Ministério da Economia. A situação do BC repete um cenário visto em outros órgãos, como as Forças Armadas, onde os recursos para o pagamento dos soldos dos militares acabam em abril.

Cutros órgãos vinculados ao Ministério da Economia, além da própria administração direta da pasta, como o IBGE e o Ipea, só têm dinheiro para o pagamento dos servidores até março. As contas foram feitas pelo próprio governo, que quer aprovação do Orçamento o mais rapidamente possível para evitar um apagão nos pagamentos.

A dotação atual para o pagamento dos servidores ativos do Banco Central é de R\$ 310,8 milhões. Desse valor,

R\$ 142 milhões foram gastos para pagar os salários de janeiro, e montante semelhante deve ser contabilizado em fevereiro. Por isso, pelas contas dos técnicos do Ministério da Economia, o recurso restante não é suficiente para honrar os compromissos de março na íntegra.

A situação se repete em alguns órgãos civis, como o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, onde não há dinheiro a partir de maio. A situação ocorre por uma

combinação de fatores e está ligada diretamente a uma regra orçamentária, prevista na Constituição, que proíbe o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários e aposentadorias.

AUTORIZAÇÃO DO CONGRESSO

Por conta da sequência de rombos nas contas públicas, essa regra vem sendo quebrada desde 2019. Para evitar punição, o governo encaminha desde 2019 ao Congresso um pedido para se endivi-

dar. Enquanto esse pedido é feito, uma série de despesas fica condicionada à autorização dos parlamentares.

A situação piorou neste ano porque o Orçamento total ainda não foi aprovado. Por isso, não é possível tecnicamente fazer adequações internas, dentro dos próprios órgãos, para garantir o pagamento dos salários. A Comissão Mista do Orçamento (CMO) deve ser instalada nesta semana.

O entendimento dos téc-

nicos da equipe econômica é de que os valores condicionados à aprovação do Congresso não podem ser pagos sem o aval dos parlamentares, sob pena de o presidente da República ser acusado de crime de responsabilidade fiscal, que pode ser usado como base para um processo de impeachment. É por isso que os pagamentos dos servidores estão em risco.

Por conta dessa norma, chamada de regra de ouro, o governo colocou R\$ 453 bilhões em despesas (de um total de R\$ 1,52 trilhão) dependentes de aprovação do Congresso Nacional.

Procurados, o Ministério da Economia e o Banco Central não comentaram.

BB: 5.533 funcionários aderem ao programa de demissão

Do total, 74% se desligaram para aposentadoria. Pacote de medidas para 'aumentar eficiência' também prevê fechamento de agências

STEPHANIE TONDO
para o [Globo](#) e [Folha de São Paulo](#)

O Banco do Brasil (BB) informou ontem que foram validadas as demissões de 5.533 funcionários que aderiram aos programas de desligamento incentivado da empresa. O impacto financeiro da saída voluntária desses profissionais será informado nas apresentações de resultado do banco do quarto trimestre de 2020.

De acordo com a instituição, as adesões ficaram próximas do que havia sido estimado pelo banco. Os programas fazem parte do conjunto de medidas anunciadas pelo BB no dia 11 de janeiro para "aumentar a eficiência nas atividades da empresa, garantindo a sustentabilidade dos negócios".

Do total de funcionários que aderiram ao programa de demissão voluntária, 74% se desligaram para aposenta-

doria. Outros 5% podem se aposentar em até três anos.

"Ressaltamos ainda que o Banco do Brasil incluiu nas verbas rescisórias o valor referente ao pagamento

das contribuições patronais para Cassi e Previ pelo período de até três anos", informou a instituição.

Além da abertura de programas de demissão voluntária,

no início do ano, o BB anunciou o fechamento de 361 unidades, sendo 112 agências, 242 postos de atendimento e sete escritórios.

Além disso, 243 agências

serão convertidas em postos de atendimento, e oito postos de atendimento serão transformados em agências. Outras 145 unidades de negócios serão transformadas em lojas do BB, sem guichês de caixas.

Segundo o BB, a economia anual estimada com as mudanças é de R\$ 353 milhões em 2021 e R\$ 2,7 bilhões até 2025.

FENAP

Federação Nacional dos Publicitários, Agenciadores de Publicidade, Trabalhadores em Agências de Propaganda, Trabalhadores na Distribuição de Jornais e Revistas e dos Trabalhadores na Administração de Empresas.
CNPJ Nº 28.254.175/0001-44 CÓDIGO SINDICAL Nº 009.219.00000-0

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da entidade está convocando, na forma estatutária, o Conselho de Representantes para reunião ordinária que

SEADM

Sindicato dos Empregados na Administração de Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Rio de Janeiro
Código Sindical nº 009.200.82787-6 CNPJ 32.243.899/0001-49

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da entidade está convocando, na forma estatutária, todos os seus associados quites e em condições de voto, para a



Por Marta Watanabe

Marta Watanabe é repórter

Debate de ICMS que não vale ver de novo

É infrutífero querer discutir mudança no imposto sempre que houver aumento de preço dos combustíveis

09/02/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Ao anunciar na sexta-feira estudos para mudar a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos combustíveis, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) retomou assunto que ganhou destaque nessa mesma época, há um ano.

Petrobras segue com defasagem após reajuste

Bolsonaro insiste que Estados alterem o ICMS

É verdade que a temperatura da discussão no início de fevereiro do ano passado já havia alcançado níveis mais elevados do que a deste ano. Em 2020 Bolsonaro chegou a desafiar os Estados a reduzir o ICMS sobre combustíveis, o que resultou em resposta imediata dos entes federados e em bate-boca mais generalizado com governadores. Depois, em março, com a pandemia, que obviamente trouxe novas prioridades e também contribuiu para a queda dos preços do petróleo no mundo, a discussão ficou de lado.

| Infrutífero debater imposto sempre que combustível subir

Com a recuperação mais recente do preço da commodity, a ideia de mudar o ICMS volta com o mesmo fim, o de reduzir o preço dos combustíveis no mercado interno. O tom em que a ideia de mudar a cobrança de ICMS foi colocada foi mais ameno este ano. O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), se declarou contra no mesmo dia, mas a resposta unificada dos Estados veio por meio das Fazendas estaduais.

Na própria sexta-feira, em nota distribuída pelo Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda (Comsefaz), os 27 secretários estaduais e do Distrito Federal alegaram que os expressivos aumentos nos preços dos combustíveis ocorridos a partir de 2017 não apresentam qualquer relação com a tributação estadual. Foram, destacam, frutos da alteração da política de gerência de preços pela Petrobras, que prevê reajustes baseados na paridade do mercado internacional, repassando ao preço dos combustíveis toda a instabilidade do cenário externo do setor e dos mercados financeiros.

A nota diz ainda que não somente o ICMS incide nas operações de extração, produção, distribuição e comercialização de petróleo e seus derivados, mas também tributos federais que compõem custo e preços do combustível na bomba, sendo PIS, Cofins, IR e CSLL elencados entre eles.

Não à toa a reação dos secretários de Fazenda foi imediata. A sugestão do presidente vem logo após os Estados fecharem com queda real de arrecadação de ICMS.

No ano passado, a arrecadação do imposto, segundo dados divulgados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), somou no agregado R\$ 518,6 bilhões, com alta nominal de 1,7%, variação abaixo da inflação de 4,5% medida pelo IPCA. Com a crise sanitária e a resultante queda de preços no ano passado, a arrecadação de ICMS sobre petróleo e combustíveis teve desempenho pior que a média do imposto, com redução nominal de 10,5% contra 2019.

Mesmo assim, petróleo e combustíveis se mantêm como as principais fontes de receita de ICMS dentro do grupo dos chamados preços administrados. Esse grupo concentra as maiores alíquotas do imposto. Na regra geral, o ICMS de 18% sobe para 25% nos preços administrados. Mas esse grupo, que por muito tempo

funcionou quase que como uma garantia de receita de ICMS para os Estados, sofreu perda de base de arrecadação nos últimos dez anos.

Composto por comunicação, combustíveis e energia elétrica, o grupo dos preços administrados representou 34,8% da arrecadação de ICMS em 2010. Em 2020, esse trio respondeu por fatia menor, de 31,8%. Há oscilações, claro, conforme a arrecadação total. Em 2019, esse grupo ainda representava 34,6%. Mas dez anos antes ele alcançou 37,1%. A grande perda nos últimos dez anos aconteceu nos serviços de comunicação. Cada vez mais focados na transmissão de dados, esses serviços ficaram em grande parte fora do alcance do ICMS. A fatia de arrecadação desse segmento específico caiu de 10,9% em 2010 para 5,5% do imposto total no ano passado.

Com o recuo no recolhimento do ano passado, o ICMS sobre combustíveis perdeu dois pontos percentuais de participação na arrecadação agregada de 2019 para 2020, mas ainda assim manteve fatia representativa, de 15,5%. A energia elétrica caiu 0,4 ponto percentual em igual período e terminou 2020 com fatia de 10,8% do ICMS total.

Não se pode esquecer que as perdas dos Estados com ICMS no ano passado foram compensadas com o pacote de ajuda da União em razão da pandemia. Um pacote generoso que em alguns entes mais do que compensou a perda de arrecadação.

Neste início de 2021, porém, em meio ao recrudescimento dos casos de covid-19 e à incerteza em relação ao ritmo de vacinação, não há sinalização dessa mesma ajuda. E uma mudança na forma de cobrança do ICMS numa das principais fontes de arrecadação não é debate bem-vindo para os Estados em momento algum.

Colocando à parte a discussão sobre a metodologia de reajuste de preços de combustíveis, é verdade, sim, que os tributos interferem nos preços de forma mais gravosa do que poderiam. E com alíquota geralmente mais salgada para combustíveis, o imposto estadual tende a ter peso importante no seu preço.

É infrutífero, porém, propor mudança no ICMS toda vez que o combustível aumentar e gerar pressão no bolso do consumidor ou no custo do frete do

caminhoneiro. A solução está indicada na nota dos secretários de Fazenda. Somente uma reforma tributária pode mudar esse cenário.

Cientes da corrosão da base de cálculo do ICMS, seu principal tributo, os Estados convergem para a adoção de uma cobrança no modelo de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que reúna os federais PIS, Cofins e IPI ao ISS municipal e ao ICMS estadual. Essa é a oportunidade que os Estados vislumbram para conseguir alcançar ao menos parte de serviços que sofreram impacto da tecnologia, como os de comunicação.

Em razão da pandemia, a reforma tributária ficou à espera de seguimento este ano. Até onde o debate andou, os municípios ainda resistem a uma proposta que contemple a arrecadação dos governos regionais e os Estados querem um fundo de compensação que não cabe no espaço fiscal existente. Trata-se de uma discussão difícil e ainda não se sabe se ela será enfrentada. Mas, se não for, discussões sobre ICMS tendem a perdurar indefinidamente.

Marta Watanabe é repórter. Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de Pedro Cafardo

E-mail: marta.watanabe@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Anti-melasma Melan-Free com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

O óculos mais desejado entre os homens do Brasil

THINGTEX

LINK PATROCINADO

Mudar a forma de dormir pode prevenir contra dores na coluna e pescoço. Veja agora

PERFECT SLEEP

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE N°1 DO BRASIL

SP lança pacote de R\$ 100 milhões em crédito para socorro às empresas

Estudo inédito na cidade de Serrana vai avaliar impacto da vacinação em massa na redução da transmissão do coronavírus

Por **Leila Souza Lima** — De São Paulo

09/02/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

O governo do Estado de São Paulo anunciou ontem a liberação adicional R\$ 100 milhões em crédito para socorrer empresas com receitas afetadas pela pandemia. A linha emergencial já está disponível pelo banco da DesenvolveSP - agência de desenvolvimento do Estado. Micro e pequenas empresas serão beneficiadas, disse o governador João Doria.

Os pedidos de empréstimo devem ser feitas exclusivamente por meio digital, no site da instituição, detalhou Patrícia Ellen, secretária de Desenvolvimento Econômico. Segundo ela, o dinheiro é voltado a empresas com faturamento anual entre R\$ 81 mil e R\$ 4,8 milhões.

Na semana passada, o governo estadual já havia anunciado um pacote no total de R\$ 125 milhões para socorrer atividades econômicas, com foco nos segmentos de turismo, eventos, gastronomia e comércio. Além do socorro financeiro, os donos de estabelecimentos comerciais não vão sofrer cortes de gás e água até o fim de março e poderão renegociar dívidas.

“Com o retorno do controle da pandemia, as empresas precisam novamente acelerar a retomada dos seus negócios, e o capital de giro para manter os empregos neste momento é fundamental”, disse ontem Patrícia Ellen.

Para facilitar o acesso ao novo crédito, a DesenvolveSP vai permitir que o empreendedor escolha entre o faturamento de 2019 ou de 2020 na negociação. A captação para capital de giro tem taxa mensal de 0,8%, mais a Selic do Banco Central. O prazo máximo de carência foi estendido para 12 meses, com 60 parcelas mensais para quitação.

Doria anunciou projeto que vai imunizar 30 mil pessoas, a partir de 17 de fevereiro, no município de Serrana, interior do Estado. O objetivo é seguir com os estudos de eficácia da Coronavac e verificar também a eficiência da fórmula, que é o desempenho da imunização em massa na evolução da pandemia.

O programa vai alcançar moradores da cidade com idade acima de 18 anos, que receberão a vacina desenvolvida pelo Butantan em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac. “Qual o efeito da vacinação em massa sobre o curso da epidemia? Todo mundo quer saber isso”, afirmou Dimas Covas, diretor do Instituto Butantan. “O estudo vai responder isso muito rapidamente. Não vamos ter que esperar o ano que vem para termos essa resposta”, acrescentou Covas.

Segundo ele, é a primeira pesquisa desse tipo no mundo e recebeu o nome de “Estudo Escalonado por Conglomerados”.

Covas afirmou ainda que a vacinação na cidade vai avaliar a transmissão, o uso do sistema de saúde, a imunidade de rebanho e os efeitos indiretos, como os de impacto na economia, circulação de pessoas e aceitação da vacinação. O município foi escolhido por apresentar alto índice de prevalência de infecções, entre outros fatores.

A reabertura das escolas ontem também foi tema na coletiva. Segundo Doria, a retomada das aulas presenciais nas redes pública e privada de ensino ocorreu de forma gradual e segura. “Sem ser afetada pela paralisação anunciada pelo sindicato dos professores”, disse.

As aulas presenciais tiveram início para 3 milhões dos 3,3 milhões autorizados a voltar, em sistema de rodízio. O esquema vale para em 4,5 mil das 5,3 mil escolas da rede estadual. Na rede estadual, a presença é limitada a até 35% dos alunos matriculados.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Anti-melasma Melan-Free com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Salvador

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

Você vai amar essas sandálias, volte e veja porque.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Mudar a forma de dormir pode prevenir contra dores na coluna e pescoço. Veja agora

PERFECT SLEEP

LINK PATROCINADO

Kit 5 Camisetas Lacoste por apenas R\$349,00 com frete grátis. Aproveite!

KIT BRANDS

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Depois de troca de farpas entre Maia e ACM Neto, bancada do DEM diz que saída de Maia 'ajudará a pacificar o partido'

VALOR INVESTE

Veja os 10 carros mais vendidos em janeiro de 2021

União cobre R\$ 336,7 mi em garantia de dívidas

Minas Gerais e Rio de Janeiro são os principais devedores que não honraram os compromissos em janeiro

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

09/02/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

A União pagou R\$ 336,70 milhões em dívidas de Estados e municípios em que atua como garantidora em janeiro, informou ontem o Ministério da Economia.

Desses, R\$ 150,65 milhões (44,7% do total) são dívidas não pagas por Minas Gerais, R\$ 79,25 milhões (23,5%) são do Estado do Rio de Janeiro, R\$ 78,79 milhões (23,4%) são de Goiás, R\$ 16,34 milhões são do Amapá e R\$ 11,68 milhões, do Rio Grande do Norte.

Com isso, o total desembolsado pelo governo federal por parcelas não honradas das dívidas de entes subnacionais chegou a R\$ 33,3 bilhões, no período que vai de 2016 até janeiro passado.

Os dados estão no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, produzido mensalmente pelo Tesouro Nacional.

O ministério informa ainda que alguns Estados e municípios estão temporariamente impossibilitados de contratar novas operações de crédito com garantia da União. Isso ocorre porque eles atrasaram o pagamento de suas obrigações junto ao Tesouro. Outro possível motivo é a União ter honrado parcelas não pagas de empréstimos desses tomadores. São eles: Amapá, Rio Grande do Norte, Bahia, Roraima, Goiás, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais,

Pernambuco, Piauí, e as prefeituras de Belford Roxo (RJ), Cachoeirinha (RS), Natal, Novo Hamburgo (RS) e São Bernardo do Campo (SP).

O Estado do Rio de Janeiro, apesar de se enquadrar nos casos mencionados acima, poderá contratar novas operações de crédito com garantia da União, por estar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Anti-melasma Melan-Free com 65% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Salvador

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

Chegou a sua vez. Somente até 28/02

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Kit 5 Camisetas Lacoste por apenas R\$349,00 com frete grátis. Aproveite!

KIT BRANDS

LINK PATROCINADO

Impressiona quem você ama, com o tênis campeão de vendas!

TÊNIS LUMY

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Mercado coloca um pé atrás diante das prioridades de Bolsonaro